



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13-06-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Estão presentes este Vereador e, de forma *on-line*, o Vereador Isac Felix, Vice-Presidente desta Comissão e Relator da LDO.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 11ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão do ano de 2023. Esta audiência tem como objetivo debater o PL 192/2023, de autoria do Executivo – Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência pública foi publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo*, no dia 02/06/2023, e *Folha de S. Paulo*, no dia 06/06/2023, e vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 02/06/2023.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 05/06/2023, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Foram convidados para esta audiência: o Sr. Ricardo Ezequiel Torres, Secretário Municipal da Fazenda, que se encontra presente; o Dr. Eduardo Tuma, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado pelos Srs. Adriano Cremonesi, assessor de gabinete do Presidente, e Marcos Thulyo Tavares, Coordenador da C1 da Subsecretaria de Controle Externo; o Sr. Igor Pantoja, Coordenador de Relações Institucionais da Rede Nossa São Paulo; a Sra. Mariana Neubern de Souza Almeida, Diretora Executiva da Fundação Tide Setubal, representada pelo Sr. Pedro de Lima Marin, Coordenador do Programa de Planejamento e Orçamento Público da Fundação Tide Setubal; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral. Repito que o Vereador Isac Felix, Relator da LDO, está presente de forma *on-line*. Está também presente a Sra. Ariane Gomes Lacerda, Coordenadora

de Planejamento da Secretaria Municipal de Governo. Obrigado a todos os que compareceram.

Por favor, Secretário, componha a Mesa conosco. Quem vai compor a Mesa representando o Tribunal de Contas do Município é o Sr. Thulyo, por gentileza.

Secretário, nós temos exposição?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Bom dia a todos. Presidente, na mesma linha da reunião anterior, faremos uma breve exposição da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, a SUPOM nossa, que o Fabiano faz de forma bastante sintética, para esclarecer a todos sobre a composição da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, ficaria mais razoável ouvir o Governo e depois nós vamos para a exposição que vocês também têm para nos apresentar. Não é isso? O Sr. Thulyo não tem apresentação, não é? É só a fala. Quer ouvir o Tribunal, primeiramente?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – É o Presidente quem manda.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, começamos pelo Sr. Thulyo, que fala em nome do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, porque, de repente, já vêm umas perguntas, uns questionamentos, não é? Tem a palavra.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Obrigado, Presidente.

Muito bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Vereador Jair Tatto, Presidente desta Comissão, o Vereador Isac Felix, colegas da Secretaria da Fazenda, nosso Secretário, todos os Vereadores e munícipes.

Esta é a segunda audiência do PLDO de 2024. Na primeira audiência, o Tribunal detalhou os apontamentos que foram feitos e encaminhados para a Secretaria da Fazenda e também para esta Comissão. Nós estamos ainda na instrução processual, aguardando a resposta da Secretaria, e aí há a nossa análise final.

Foi-nos informado que essa audiência vai tratar também sobre o artigo 5º do PPA. É o Índice de Distribuição Territorial do Orçamento Público. Então, eu gostaria de focar um pouco nessa questão, já que já tratamos dos outros apontamentos na primeira audiência.

Menciono que, no Tribunal de Contas, no Plano Anual de Fiscalização, está prevista uma auditoria no PPA, especificamente. Aí, vai tratar de todo o PPA vigente, de 2022 até 2025, para o segundo semestre, agora, deste ano, mas, já no trabalho da LDO, tivemos um apontamento que diz respeito a essa questão da regionalização do Orçamento, que foi o apontamento constante do subitem 3.7 do relatório da auditoria. É a conclusão 5.8.

Só para recapitular, é sobre o artigo 10 do PLDO. O Tribunal apontou que esse artigo infringe a Lei Orgânica do Município, uma vez que o texto legal não deixa margens para a individualização facultativa das ações orçamentárias, com as informações sobre sua localização, dimensão, características principais e custo, tal como proposto no projeto de lei. Isso talvez tenha ficado meio abstrato para quem não acompanhou o trabalho de perto. Então, eu resolvi trazer um pouco mais de detalhes sobre o que é esse apontamento.

Nós temos dois dispositivos. Primeiramente, nós temos o artigo 10 do PLDO, que basicamente dispõe que os projetos e atividades constantes dos programas de trabalho dos órgãos e unidades orçamentárias deverão ser identificados segundo o § 8º do artigo 137 da Lei Orgânica. Aparentemente, daria a entender que estaria conforme a Lei Orgânica, mas, quando lemos esse parágrafo da Lei Orgânica, o § 8º do artigo 137, ele diz o seguinte:

“A lei orçamentária anual identificará, individualizando-os, os projetos e atividades, segundo a sua localização, dimensão, características principais e custo.”

O que acontece hoje? Como é feita, hoje, no município, essa questão de regionalização? A SF utiliza um instrumento chamado Detalhamento da Ação para a codificação da regionalização da despesa, obrigatoriamente inserido pelas unidades orçamentárias na nota de liquidação e pagamento no sistema SOF. Então, na execução orçamentária, na fase de liquidação da despesa, o SOF permite a regionalização da despesa, que atualmente é realizada até o nível de Subprefeitura. São 32 Subprefeituras. O SOF permite uma regionalização ainda maior, que é por distrito. São 96 distritos, mas a SF optou por utilizar até o nível de Subprefeitura.

Contudo, o que acontece? Tal instrumento possibilita a identificação da localização do gasto apenas por ocasião da liquidação da despesa, em detrimento da fase de elaboração da

LOA, ou seja, não atendendo em sua integralidade ao comando da Lei Orgânica do Município, no entendimento do Tribunal. Portanto, não é possível a identificação dos projetos e atividades de acordo com a localização dos gastos durante a fase de planejamento da despesa, prejudicando as discussões acerca da territorialização do Orçamento à época dos debates sobre a alocação dos recursos municipais.

Além disso, os gestores, lá na ponta, que têm de fazer essa classificação, têm diversas dificuldades. Alguns casos são complexos. Por exemplo, despesas com pessoal, despesas com aposentado, obras que perpassam mais de uma Subprefeitura, dívida pública: como se classifica esse tipo de despesa? Então, para auxiliar os gestores nesse trabalho de classificação no SOF, mesmo, é necessário, também, que a Prefeitura defina novos procedimentos e manuais sobre como classificar corretamente.

Um último destaque que eu quero dar é que eu encaminhei para a Comissão e também para a Secretaria da Fazenda um boletim que o Tribunal de Contas realizou no ano passado. O Tribunal tem uma Unidade de Informações Estratégicas. É uma área de inteligência, de TI, de tecnologia, do Tribunal. Então, o Tribunal elaborou esse trabalho, chamado *O boletim nº 7*, da regionalização do Orçamento. O que acontece? Nesse estudo, mediante os contratos celebrados nas áreas de saúde, coleta de lixo e varrição, parcerias para gestão de creches e, ainda, com base na distribuição espacial dos servidores da Administração Direta, essa unidade propôs valores regionalizados para algumas despesas, porque não são todas as despesas que são regionalizáveis. O estudo considerou que eram regionalizáveis os gastos atribuídos a uma região geográfica delimitada, tais como oferta de serviços de saúde, educação, segurança, limpeza e transporte, mas, de modo oposto, considerou não regionalizar o gasto cuja a natureza ou finalidade não pode ser atribuída a uma determinada região geográfica, como já citamos, dívida pública, por exemplo, servidores inativos, entre outros. Somados a regionalização feita pelo Tribunal e a regionalização feita pela SF o boletim conseguiu regionalizar 48% do orçamento total. Percebam: a menor parte do orçamento, hoje, consegue ser regionalizada.

E por fim, só comentar que o Tribunal está avançando nessa questão, desenvolvendo

novas ferramentas para analisar a regionalização do orçamento e nas próximas audiências vou trazer essas ferramentas que estão em desenvolvimento. São esses os breves comentários do Tribunal e permanecemos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Thulyo.

Passo, imediatamente, a palavra ao Dr. Ricardo Torres, Secretário da Fazenda do Município. Quero agradecer aos interpretes de Libras Sra. Marilene Santos Cuba e Edmilson Freitas Cubas. As inscrições estão abertas.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Cumprimentar o Vereador Isac Félix vejo, remotamente, conosco, na reunião; ilustre representante do Tribunal de Contas, dizer que é mais uma oportunidade e felicidade de estar nessa comissão para falar de uma Lei tão importante, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Hoje, acompanhado, não só da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, mas também da SEPEP – Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias, com a colega Ariane.

De forma bastante sintética, para esclarecimento inicial da LDO de que estamos tratando. Essa é a segunda audiência. Ela está prevista na Constituição de 88. É um instrumento normativo criado na Constituição de 88 e instrumentizada depois pela LRF, que deu sua conformação, basicamente, prevendo aqui que nela nós vamos tratar da elaboração da Lei Orçamentária. Portanto, eu costumo dizer nas minhas aulas de que é uma lei para fazer a outra lei e o Legislativo já conformando atividade do Executivo na confecção da LOA. Esse é o conceito para que todos tenham bastante clareza.

A Subsecretaria de Planejamento é dentro da Secretaria da Fazenda e é a unidade responsável pela formulação. E, portanto, vou passar a palavra para o Fabiano para fazer a exposição e na sequência, acho que a questão da regionalização abordada pelo Tribunal de Contas, será abordada da nossa perspectiva do Executivo, pela Ariane. Por hora é o que me cabe aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria da Fazenda.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Sou Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria da Fazenda. Temos uma breve apresentação, repetindo o que fizemos na primeira audiência, de uma forma um pouco mais sintética, eu diria. Vou passar alguns breves slides com alguns números da LDO e na sequência, nos colocamos para o debate sobre este projeto de lei e também sobre a regionalização que é proposta para essa audiência pública.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Falando rapidamente sobre o contexto da LDO, o próprio nome já diz do que trata basicamente esse importante projeto de lei, essa importante Lei das Diretrizes Orçamentárias. Mas, ela não trata apenas das diretrizes orçamentárias de forma direta, mas de tudo aquilo que orbita em torno do orçamento público, inclusive as normas para execução deste orçamento.

Trabalhamos o projeto de lei com dois princípios básicos: a transparência na gestão das finanças públicas e a garantia da participação popular na elaboração do orçamento. Na elaboração da LOA com as audiências públicas. Esse ano voltando a forma presencial. Fizemos 32 audiências públicas, uma em cada subprefeitura...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anunciar a presença do Vereador João Ananias, membro da Comissão de Administração Pública.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Seguindo na apresentação.

A LDO é dividida em alguns capítulos. Falando, rapidamente deles. Disposições preliminares, basicamente do que é composta a LDO, além dos seus artigos tratando de todas as regras das diretrizes orçamentárias. Temos três anexos: anexos de riscos fiscais, metas

fiscais, metas e prioridades.

Segundo capítulo. Capítulo das orientações gerais para elaboração da proposta orçamentária. Um capítulo com princípios, objetivos e orientações e as ligações. As conexões do orçamento municipal com as outras peças de planejamento. A própria LDO, o PPA e o Plano de Metas.

Terceiro capítulo, estrutura e organização do orçamento. É a listagem em detalhamento da estrutura de cada cessão do orçamento municipal. Os demonstrativos, quais os demonstrativos devem compor a LOA: receitas, despesas, dívida pública, orçamento de investimento das empresas municipais não dependentes.

Quarto capítulo. Trata das alterações da legislação tributária. De que forma a legislação tributária no Município, quando alterada deve ser regida.

Capítulo quinto. Orientações relativas a despesas de pessoal e encargos. A mesma coisa tratando, de que trata o capítulo quatro para a legislação tributária, o capítulo cinco diz respeito as despesas de pessoal, que são despesas bastante significativas dentro do orçamento público. Não só da Prefeitura de São Paulo, mas de qualquer outro ente público,

Capítulo sexto. Das orientações relativas a execução orçamentaria. É um capítulo mais procedimental, operacional. Diz regras de como o orçamento deve ser executado, como se trata transferência de recurso para instituições privadas sem fins lucrativos, despesas que demandam alterações orçamentárias, as movimentações orçamentárias, os créditos adicionais, os cronogramas e desembolsos, programação financeira, emendas. Contingenciamento de recurso, enfim, todo o arcabouço procedimental necessário a boa execução do orçamento é tratado no Capítulo seis da LDO.

Capítulo sétimo. As disposições gerais detalham as obrigações legais em relação ao cumprimento dos resultados. Resultado primário e resultado nominal.

Entrando um pouco agora nos anexos da LDO. Temos o primeiro anexo, que é o anexo de riscos fiscais. Ele denota diversas situações potenciais que ao se concretizarem numa eventualidade de concretização de uma ou algumas dessas situações podem, de alguma forma,

colocar em risco as finanças públicas no Município. Normalmente colocamos e dividimos, teoricamente, esses riscos, em riscos relacionados ao cenário base e o cenário base é dividido entre riscos de variações nas receitas, variações nas despesas e variações na dívida pública. E os riscos não relacionados a esse cenário base, que são demandas judiciais, depósitos judiciais. Os riscos das empresas municipais dependentes e também riscos de concessões e parcerias públicas privadas, chamadas PPSs.

Ainda falando de anexos de riscos fiscais. Os riscos de variações nas receitas são basicamente decorrentes de variações nas premissas econômicas. Variações no PIB, variação na inflação, câmbio e nível de inadimplência. Enfim, são riscos que podem comprometer ou podem fazer com que a nossa receita tenha variações. Os riscos das despesas, principalmente, outras despesas correntes, que são despesas de custeio e que tem uma rigidez um pouco maior dentro do orçamento, elas estão muito relacionadas as variações de inflação. A variação de inflação pode impactar os contratos na Prefeitura, dependendo do nível de inflação o risco pode ser maior ou menor. E os riscos de variação na dívida pública são decorrentes também das variáveis macroeconômicas, principalmente inflação, juros e câmbio. Todos esses riscos são melhor detalhados dentro do anexo.

Falando agora dos riscos que não estão relacionados ao cenário base, no próximo *slide*, por favor, a gente começa falando das demandas judiciais, as demandas judiciais em que a Prefeitura é parte. Eles são mensuráveis e a probabilidade de derrota nessas demandas judiciais, para que seja considerado risco, são contabilmente colocadas como possível, existe uma classificação contábil para as demandas judiciais, para a chance de perda das demandas judiciais, e toda vez que essa chance é classificada como possível, ela é alocada dentro do anexo de riscos fiscais.

Os depósitos judiciais são também um componente de risco, eles também estão relacionados às demandas judiciais, mas são demandas em que há de alguma forma o depósito antecipado do montante em que se discute a demanda e, por força de uma lei federal, os entes públicos, no caso o município, pode levantar antecipadamente 70% do valor dos depósitos em

que o município figura como parte. Se o município perder essa ação, ele deve devolver esse 70% dentro de um fundo que foi criado para esse tipo de transação, de movimentação financeira, então há também o risco de os depósitos judiciais, caso a Prefeitura perca uma ação, cujo valor tenha sido depositado e ela já tenha feito antecipadamente o levantamento de 70% do valor depositado. Os outros 30% ficam no fundo, chamado fundo de reserva.

Riscos de empresas municipais não dependentes, são os riscos relacionados às empresas que o município detém a maioria do seu capital, mas não são dependentes financeiramente do Tesouro Municipal. Basicamente a necessidade de um aporte emergencial, o risco está relacionado a um aporte emergencial de capital, uma subvenção econômica para determinadas finalidades.

Riscos de concessões de PPPs, é o último componente aqui, são os riscos relacionados aos contratos firmados de concessões e parcerias público privadas.

Seguindo, o próximo *slide*, entramos no anexo 2. O Anexo de metas fiscais, que é um anexo bem mais técnico, um anexo com vários quadros e números, que vamos passar rapidamente por eles agora. O anexo 2 é detalhado na LRF, como se compõe esse anexo 2, é o que está mostrando esse *slide*.

Se a gente puder passar para o próximo, já entramos no primeiro quadro, em que mostramos as variáveis macroeconômicas utilizadas para formulação dos números da LDO. Comentamos na reunião passada a respeito da volatilidade desses números, da variabilidade, do próprio componente de risco inerente a essas variáveis, destacando aqui que esses números.

Se puderem passar o *slide*, por favor, para mostrar os números. Esses números mostram as variáveis que foram utilizadas na LDO, foram extraídas do Relatório Focus do Banco Central, do dia três de março de 2023.

É claro que quando elaboramos a Proposta Orçamentária, esses números são atualizados pelo Relatório Focus mais próximo da data em que nós começamos os trabalhos de projeção de receita e de fixação das despesas na LOA. Os números da LDO são um bom balizamento para que a gente possa, aí sim, na LOA, ter as variáveis econômicas mais

adequadas, mais próximas da nossa realidade.

Percebam que é bastante difícil e complicado trabalharmos com as variáveis econômicas e trazer números com uma precisão muito grande, considerando que a gente tem variações também grande desses componentes no PIB, o PIB de serviços, a própria inflação, ela tem variado de forma bastante significativa esses indicadores têm variado de forma bastante significativa ao longo de um ano.

O que nos deixa sempre com um indicador como, por exemplo, esse do dia 3 de março, de certa forma defasado. Seguindo aqui, no anexo 2, o próximo *slide* vai mostrar os números mais próximos de receitas e despesas, números fechados que temos de receitas e despesas, com os indicadores econômicos do dia 3 de março, mais uma vez frisando essa informação. A gente tem um orçamento, pretendemos mandar um Orçamento para a Câmara Municipal em setembro que orbita em torno de 107 bilhões de reais. Os números mostram receita de 107.3 bilhões de reais, a mesma coisa para as despesas. Considerando o princípio do orçamento equilibrado, a gente manda sempre um orçamento equilibrando receitas e despesas.

Lembrando que dos 107 bilhões nós temos 9.2 bilhões de receitas e despesas intraorçamentárias, que são receitas e despesas que transitam dentro do Orçamento municipal, dou como exemplo a obrigação patronal que a Prefeitura paga para o Iprem, para o pagamento das aposentadorias. Essa é uma despesa da Prefeitura paga para o Iprem, como as duas, tanto a despesa, como essa receita e o Iprem também faz parte do orçamento fiscal, a gente chama contabilmente isso de receita e despesa intraorçamentária, ela circula apenas dentro do Orçamento.

Seguindo o próximo quadro, o quadro de metas anuais, vamos falar aqui rapidamente do resultado primário e do resultado nominal. O resultado primário, que é primeira coluna para 2024 é o quarto número de baixo para cima, figura na casa de 9.2 bilhões de reais negativo, então déficit primário é o que se prevê para o exercício de 2024, a mesma coisa o resultado nominal de 11.2 bilhões, também negativo, na variação da dívida pública principalmente.

Seguindo, o próximo *slide* mostra para a gente as principais renúncias de receitas,

um destaque aqui para o gasto tributário, 2.7 bilhões de reais, as alíquotas de ISS, abaixo de 5% na legislação municipal, totalizando 18.8 bilhões. Explicando melhor, o ISS é um imposto municipal cuja alíquota percentual deve variar entre 2% e 5%. Esse número de 18.8 bilhões aponta para que, ao comparar a alíquota que existe hoje com alíquota máxima de 5%, as alíquotas para os diversos tipos de prestação de serviço que existem na legislação hoje na lei municipal hoje, comparando isso com 5%, se todos os serviços fossem tributados a 5%, nós teríamos um acréscimo de 18.8 bilhões na arrecadação municipal.

Imunidades constitucionais da ordem de 5.1 bilhões, claro, imunidade constitucional não é permitido tributário como, por exemplo, a imunidade que é dada aos livros, apenas a título de exemplo. Benefícios financeiros e creditícios 151 milhões de reais, o total 26.8 bilhões de reais é o que aponta o estudo da Secretaria da Fazenda para os benefícios e para os incentivos fiscais de forma mais geral no presente exercício.

O anexo 2, metas fiscais ainda, falando do anexo 2, uma relação importante que existe entre receita e despesa corrente. A Constituição Federal agora impõe para nós por uma modificação recente que as receitas correntes do município, perdão, as despesas correntes do município, aquelas despesas de custeio, as recorrentes, elas não devem superar 95% das receitas correntes. E, aqui, a gente mostra qual é a relação que estamos prevendo para os próximos três exercícios. Isso denota que nós temos um percentual relativo bem abaixo dos 95% previstos na Constituição.

Seguindo ainda no Anexo II, o próximo *slide* mostra para a gente o quadro da dívida pública em 24, 25 e em 26. A gente tem a dívida consolidada na casa de 31,7 bilhões em 2024; uma dívida consolidada líquida, que é o último número da tabela, na casa de 12,3 bilhões. A diferença, basicamente, são as deduções e a disponibilidade de caixa. E a gente deduz da dívida consolidada para chegar à dívida consolidada líquida. Em 2025 e 2026, a gente denota um crescimento da dívida consolidada e também da consolidada líquida em uma proporção até maior. Isso se explica basicamente com a utilização do caixa; ou seja, a partir do momento em que se utiliza mais as disponibilidades de caixa, você diminui as deduções. Portanto, a dívida

líquida tende a crescer matematicamente falando.

No próximo *slide*, a gente vai tratar do anexo III, que são as metas e prioridades para o exercício de 2024, em que se destacam 10 bilhões de reais basicamente relacionados ao Plano de Metas nos diversos eixos e diversas ações que temos no Plano de Metas do Governo. Esse anexo III destaca, para 2024, 10 bilhões de reais. Não digo que esgota o Plano de Metas, apenas destaca; como o próprio nome do anexo diz, são prioridades para o exercício de 2024.

Com esse quadro, Vereador Jair, a gente encerra a apresentação. Devolvo a palavra e me coloco à disposição para o seguimento.

- Assume a presidência o Sr. Isac Felix.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Bom dia a todos e a todas.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Vereador Isac, perdão, eu não o havia visto. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Bom dia. Acaba de chegar o Sr. Pedro de Lima Marin, Coordenador do Programa Planejamento e Orçamento da Fundação Tide Setúbal. Sr. Pedro, ocupe um lugar à Mesa.

Próxima inscrita, Ariane, da Secretaria de Governo.

A SRA. ARIANE GOMES LACERDA – Bom dia a todos e todas.

Vocês me ouvem bem? (Pausa). Se puderem colocar, a gente preparou uma apresentação para falar sobre a regionalização do gasto público instituída pelo PPA.

- A oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. ARIANE GOMES LACERDA – Sou Ariane, Coordenadora de Planejamento da Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias, uma Secretaria dentro da estrutura da Secretaria de Governo, responsável sobretudo pelo Programa de Metas, como o

Fabiano mencionou agora há pouco, e também participamos da elaboração do índice de regionalização, de distribuição do gasto público em conjunto com a Secretaria da Fazenda e com a Tide Setúbal.

Nosso objetivo hoje aqui é contar sobre o monitoramento da implementação do índice em 2022. Começo explicando o que é o índice de distribuição do gasto público. Ele é uma estratégia para regionalização do Orçamento para as 32 subprefeituras a partir de uma cesta de indicadores que mostram quais os territórios mais vulneráveis, que deveriam receber um maior aporte de recursos. Então, ele é uma estratégia de planejamento e direcionamento dos recursos da Prefeitura de São Paulo. Ele foi instituído, como eu mencionei, no PPA 2022-2025; então, foi elaborado ao longo de 2021, discutido aqui na Câmara junto com o projeto de lei do PPA, e o primeiro ano de vigência foi 2022.

Acho importante destacar o que não é o índice. O índice não se resume à estratégia de regionalização por meio do detalhamento da ação, como o Sr. Túlio mencionou há pouco. O SOF permite a regionalização do Orçamento por meio do detalhamento da ação, mas o SOF está olhando para a regionalização do Orçamento como um todo. O índice é uma estratégia para distribuição de uma parte do recurso. Então, ele tem uma convergência. É por meio do detalhamento da ação que a gente entende onde o recurso foi alocado, mas o índice olha também para a etapa anterior, que é o planejamento desse gasto.

Ele também não é o Orçamento das 32 subprefeituras enquanto administração, ele está olhando para o total executado nos territórios das 32 subprefeituras. Acho importante destacar essa diferença.

Só relembro quais foram os indicadores selecionados para compor o índice. O maior peso é na dimensão de vulnerabilidade social, 60%, composto pelas variáveis: famílias inscritas no CadÚnico, olhando qual é a faixa de renda; taxa de empregos formais por habitantes; mortes por causas externas. Depois, a gente passa para a dimensão de infraestrutura urbana e a gente olha a falta de acesso à coleta de esgoto, para os domicílios em favela. E a terceira dimensão: demografia, cuja variável é a população de cada um dos 32 territórios. Como eu

mencionei, isso foi instituído pelo PPA.

Nesta imagem, estou só retomando o que já foi publicado: como ficou o índice dividido pelas 32 subprefeituras. A ideia foi: a partir dessas variáveis que eu mostrei no *slide* anterior, as prefeituras foram classificadas em um *ranking*. As que estão nas primeiras colocações são os territórios mais vulneráveis e que devem receber uma parcela maior do Orçamento.

O índice foi uma primeira estratégia da Prefeitura em alocar os recursos por meio de indicadores de vulnerabilidade. Então, a proposta é que, no âmbito da vigência do PPA, pelo menos 5 bilhões sejam destinados para as subprefeituras por meio desses percentuais. Então, ele está olhando o quadriênio, e a gente vai contar um pouco para vocês como ele está sendo implantando, bem como os resultados preliminares de 2022.

O índice IDRGP foi instituído pelo artigo 5º do PPA, que prevê que a Prefeitura publicará relatórios de acompanhamento, e as datas desses relatórios são disciplinadas por meio de uma portaria da Secretaria da Fazenda, porque é junto com o relatório do PPA.

Agora, vamos falar sobre a implementação do índice. O que eu apresentei até agora é o que foi já publicado e está instituído, é o compromisso da Prefeitura. Uma vez publicado o compromisso do índice, a gente selecionou quais seriam os projetos elencados para compor esse índice. Há três estratégias que compõem o índice porque, retomando, ele fala sobre pelo menos 5 bilhões, ele não está olhando para a totalidade do Orçamento da Prefeitura. Então, a ideia é que pelo menos 5 bilhões sejam alocados em investimentos ou em novos serviços na cidade. A gente partiu do Programa de Metas, que, hoje, tem 86 metas. Das 86, 24 compõem o índice e duas iniciativas de obras prioritárias. Então, é realizado um monitoramento de obras também pela SEPEP. Há um conjunto de obras, e foram selecionadas 329 para compor o índice. E das 85 propostas monitoradas para o Orçamento Cidadão referentes a 2022, 43 projetos compõem o índice.

Vou passar um pouquinho por cada um desses blocos. Começando pelo Programa de Metas, entendemos que não são as 86 metas que devem compor o índice de distribuição do

gasto público porque o principal critério escolhido foram as metas cujo investimento e benefícios sejam fruíveis pela população do território daquela subprefeitura. Então, por exemplo, novos equipamentos de saúde, de educação, de assistência social compõem o índice porque ele vai ser usufruído pela população da subprefeitura.

Algumas outras metas têm um caráter mais amplo e o benefício vai ser sentido não só por quem mora naquela região, mas pela população de outras regiões. Então, elencamos essas 24 metas. Eu não vou passar por todas. A apresentação está aqui. Depois a gente pode também debater. Se vocês quiserem entrar em alguma específica, OK. Vou dar exemplo de uma que não entrou. Por exemplo, o Centro TEA, que é um centro para pessoas com transtorno de espectro autista, vai ser o primeiro da cidade e a gente entende que ele vai ser um equipamento para a cidade toda e não só para os moradores daquela subprefeitura. Então, há um pouco essa diferença. É diferente de uma creche que seja implantada num território.

Então, aqui é o conjunto de metas. O primeiro *slide* era um conjunto prioritariamente de saúde. Aqui há metas de Habitação, Educação, da Secretaria de Esportes e das subprefeituras.

Há a Secretaria do Verde e a Secretaria da Cultura. Está aí o conjunto das 24 metas que eu mencionei.

Para além do programa de metas, também estamos olhando as obras prioritárias do município que compõe o índice. Então, como eu mencionei, existe um monitoramento mais amplo das obras, para além do programa de metas e foram selecionadas 329 obras desse monitoramento, que também estão compondo o índice. Essas obras atendem aquele critério que eu falei, sobre o benefício ser fruível para a população daquela subprefeitura. A gente considera obras novas e também obras de requalificação, restauro e manutenção desde que elas tenham um valor superior a um milhão de reais. Então, a gente está olhando para esse conjunto de iniciativas.

O terceiro bloco que compõe o índice é o orçamento cidadão, uma iniciativa conduzida pela Secretaria da Fazenda. O processo do orçamento cidadão prevê audiências

públicas e seleção das ações prioritárias. Há um processo de votação e depois de análise técnica, jurídica e orçamentária pelos órgãos da Prefeitura.

Em 2022, foram elencadas 85 ações no âmbito do orçamento cidadão e dessas 43 compõem o índice, obedecendo aos critérios anteriores. Eu acho que vale reforçar que se uma iniciativa está prevista nas três dimensões, ela está contando uma única vez. Algumas das ações tratam do programa de metas. Então, elas estão sendo calculadas naquela primeira dimensão.

Agora vou entrar um pouco na metodologia do monitoramento no âmbito do programa de metas. Então, qual é a ideia? A ideia do índice é direcionar, ao menos, cinco bilhões para aquelas subprefeituras nos percentuais apresentados e aqui a metodologia é de como a gente está calculando ou quais tipos de despesas foram contabilizadas. Então, são as três dimensões que a gente mencionou agora há pouco. E eu vou detalhar, no âmbito do programa de metas, como que é calculado o que, de fato, foi efetivado no território.

Nós temos uma estratégia, que é o detalhamento da ação. É a informação que está no sistema orçamentário, quando o próprio órgão informa quanto foi gasto em cada território, mas nem todas as secretarias colocam essa informação no *software* por uma série de questões. Há alguns contratos que são suprarregionais. Então, a gente precisou construir outras estratégias para monitorar e entender quanto está sendo gasto em cada território. Numa delas, os valores liquidados são por estimativas. E eu vou passar por cada uma com exemplos, porque fica mais claro, com uma consulta direta aos órgãos. Então, olhando uma meta específica, o órgão informa quanto ele gastou em cada um dos territórios.

Vou passar por exemplos. Eu acho que fica um pouco mais claro e menos técnico. Então, o primeiro exemplo é a meta 28, que é uma meta da Secretaria Municipal de Esportes, que prevê a implantação de seis polos regionais olímpicos e/ou esporte de base nos equipamentos mantidos pela Prefeitura. Então, a meta prevê a instalação desses seis polos. Além disso, a gente tem um conjunto de cinco iniciativas. Dentre elas, há a adequação de equipamentos esportivos e o pagamento da Bolsa Atleta.

Aí para essa meta, a gente traz aqui como ficou a regionalização da despesa em

2022. Aqui a gente está olhando só para 2022. Então, no âmbito dessa meta, no âmbito total, foram executados 29 milhões, que é o valor que está nessa última linha. Só que, para o índice, a gente está olhando para 20,9 milhões. Por que há essa diferença? Como eu mencionei, algumas das iniciativas não são regionalizáveis ou não são usufruídas pela população de um território específico. Nessa meta, há uma iniciativa, que é o pagamento da Bolsa Atleta. É um pagamento centralizado. Então, a gente não consegue regionalizar esse valor específico, mas a gente consegue regionalizar todo o gasto nos equipamentos esportivos. Então, dos 29 milhões, quase 21 são regionalizados e a distribuição é nesse conjunto de subprefeituras. Então, Itaquera, por exemplo, teve uma liquidação de quase 1,3 bilhão e M'Boi Mirim, 4,5. E aqui essas subprefeituras elencadas são tanto territórios que já tiveram a implantação de um novo centro esportivo, como, por exemplo, Pirituba e Sé. Foram centros implantados em 2021. Então, aqui a gente está olhando para o custeio desses equipamentos, mas também estamos olhando para o gasto, reforma e adequação dos equipamentos que vão ser implantados sejam em 2023 ou em 2024. Esse centro, em Itaquera, ainda não está implantado como um polo regional olímpico. Ele vai ser implantado em 2024. A mesma coisa é para a Vila Maria. Então, são os investimentos prévios para adequação do espaço. Aqui é um exemplo. Como eu falei, são 24 metas. A gente trouxe quatro para ilustrar como esse cálculo tem sido feito e qual é o resultado preliminar em cada uma das subprefeituras.

Essa é uma meta da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que prevê a implantação de duas unidades de conservação. Para além das duas unidades de conservação, há três iniciativas. Uma delas é abrir, em tempo integral, cinco parques naturais, revisar e elaborar os planos de manejo das unidades de conservação. Então, quando a gente olha o orçamento executado dessa meta, a gente está olhando para a abertura das unidades e também para essas iniciativas.

Para essa meta, a gente teve uma liquidação, em 2022, de 17,3 milhões. Ela está sendo computada integralmente no índice, porque todo esse recurso é passível de ser regionalizado no território e está distribuído em três subprefeituras, Capela do Socorro, Itaquera

e Parelheiros. E esses recursos foram gastos majoritariamente com a implantação de parques naturais, como o Parque Natural Bororé, Fazenda do Carmo, Jaceguava e Itaim. Então, aqui também é um exemplo que a gente monitora o gasto por meio do detalhamento da ação. Então, nós alinhamos o monitoramento do programa de metas e aí a gente consegue visualizar quais foram as entregas feitas por território na cidade, com a liquidação efetuada no sistema orçamentário financeiro por meio do detalhamento da ação. Então, esses dois exemplos seguem essa estratégia.

Vou destacar aqui que o monitoramento do programa de metas está disponível. O relatório anual de 2022 está no nosso *site*. Se vocês quiserem consultar mais informações de quais são esses parques, unidades de conservação e os polos olímpicos que a gente passou, está tudo disponível.

Olhando agora para um exemplo da meta 14, que é uma meta da Secretaria de Habitação, ela prevê beneficiar 220 mil famílias com procedimentos de regularização fundiária. Aqui as iniciativas traduzem a própria meta. São duas vertentes, são tanto procedimentos em assentamentos precatórios quanto em regularização de conjuntos habitacionais.

E essa meta teve uma liquidação, no ano passado, de 40,8 milhões, distribuídos nessas subprefeituras elencadas aqui. E esse é um exemplo de monitoramento que a gente não está olhando para o detalhamento da ação. A gente está olhando para estimativa e como foi feito esse cálculo. Então, no âmbito do programa de metas, a Secretaria Municipal de Habitação informa quantas famílias foram atendidas em cada uma das 32 subprefeituras e também o gasto total para essa meta. Então, nós calculamos o valor médio de atendimento da família, porque a informação da regionalização não está disponível no sistema orçamentário.

A gente pensou em outras estratégias. Então, a gente conseguiu aferir o custo médio de atendimento de cada uma das famílias. Temos informação de como essas famílias estão distribuídas no território; e, a partir disso, foi calculada a liquidação por território nessa distribuição. (Pausa) Esse é o total de 2022.

Foram 9.847 famílias atendidas; uma liquidação de 40,827 milhões; lembrando que

a liquidação exibida aqui não está na sua totalidade, porque ainda tem um período de restos a pagar, então, é uma foto do sistema orçamentário em meados de maio. Portanto, esse número pode aumentar um pouco ainda.

Outro exemplo que trouxemos é da Secretaria de Subprefeituras, que é a Meta 36, que prevê a pavimentação de 480 mil metros quadrados de vias sem asfalto, priorizando aquelas atendidas por transporte público. E, no âmbito dessa meta, vemos no próximo slide, foram liquidados, em 2022, treze milhões de reais – 13.2 – e foram pavimentadas 196 mil metros quadrados de vias públicas nessas Subprefeituras, como Capela do Socorro, Cidade Ademar, Guaianases, Itaquera e Jaçanã; Parelheiros, Perus, Santana e São Mateus.

E, aqui, trazemos o quantitativo, então, de quantos metros quadrados foram pavimentados em cada uma dessas Subprefeituras e qual foi a liquidação correspondente no território. Aqui também é uma meta que foi calculada por meio da estimativa, então, no sistema orçamentário não tem os dados regionalizados, mas temos os dados de execução física regionalizados, e o total gasto no âmbito dessa meta. Então a distribuição no território ficou dessa forma.

Aqui, trouxemos quatro exemplos de metas para ilustrar um pouco da metodologia, e poder também discutir a ideia...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. IGOR PANTOJA – É só do número, Ariane, em relação às Subprefeituras. Aí estão as Subprefeituras que tiveram o maior quantitativo de vias pavimentadas ou não?

A SRA. ARIANE GOMES LACERDA – Não. São todas as que tiveram vias pavimentadas. Então essa é uma meta.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ARIANE GOMES LACERDA – Isso, 2022. Sim, essa meta foi batida agora, em 2023, e essa não é uma meta do recape, essa é a meta que eram ruas de terra, então pavimentação. Eram vias de terra ou paralelepípedo, que não tinham asfalto.

O SR. IGOR PANTOJA – Por isso que não estão nas áreas mais centrais. Ah tá bom,

obrigado.

A SRA. ARIANE GOMES LACERDA – Exatamente. Temos uma meta de recape que aí, sim, a execução na cidade toda, é a Meta-34. E até um quantitativo menor. A Meta-34 que é a do recape, são 20 milhões de metros; e a Meta-36, que é de pavimentação, são 480 mil metros, então, São Paulo tem um conjunto bem menor de vias não pavimentadas, na verdade tinha, porque essa meta foi batida acho que nesse mês.

E aqui não é o total do que já foi feito no programa de metas, estamos olhando só para 2022, então se somarmos o que foi feito em 2021 e nos primeiros meses de 2023, nós superamos – e muito – esses 196 mil metros.

Esses foram, então, alguns exemplos. Olhamos aqui para quatro metas e como é calculado o gasto regionalizado para essas metas. Agora, vamos passar um pouco para os resultados preliminares, que a partir desse exercício de metodologia, tanto para o Programa de Metas, quanto para o Monitoramento de Obras e o Orçamento Cidadão trouxemos os resultados preliminares. Próximo, por favor.

São preliminares, por quê? Um, porque entendemos que essa metodologia pode ser discutida e queríamos ouvir, aproveitar essa audiência para essa troca, ele também se restringe de janeiro a outubro de 2022, então, vamos fazer uma atualização para incluir o terceiro trimestre de 2022. Ele não considera os números que vou apresentar aqui, o Orçamento Cidadão, porque, em 2022, temos a informação do quanto foi empenhado, ainda não temos quanto foi liquidado no âmbito do Orçamento Cidadão, então esses totais não consideram essa dimensão por enquanto.

Dois pontos de destaque – não vou passar pelos valores -, mas, das 32 Subprefeituras, 14 superam a referência estabelecida pelo índice; sendo que 6 dessas 14 estão entre as dez primeiras do ranking, que são: Campo Limpo, Capela, Itaim Paulista, Itaquera, Pirituba e São Mateus, então, são Subprefeituras que o percentual de gasto da Prefeitura superou o que estava previsto; e tem um destaque para a concentração de investimentos, tanto na região Leste, quanto Sul, e isso ficará claro nos próximos slides. Pode passar esse também.

O SR. IGOR PANTOJA – Ariane, desculpa, só uma dúvida de entendimento, ali no anterior, quando você fala que algumas Subprefeituras já superaram o previsto.

A SRA. ARIANE GOMES LACERDA – Vamos ver isso nos próximos. Daremos um detalhamento dos números. Se puder passar para o primeiro mapa, por favor.

Esse primeiro mapa retoma, basicamente, o que é o índice, então, quais são as regiões que deveriam receber um maior percentual de recursos. Quanto mais azul, mais escuro o tom de azul, maior a concentração de investimentos. Ele não está com percentual. Aquele mapa, no início da apresentação, é o percentual, esse aqui traduz quanto seria necessário de investimentos em valores absolutos, considerando o período de análise, se são 5 bilhões para os quatro anos, entre janeiro e outubro de 2022, quanto deveria ter sido gasto em cada uma das Subprefeituras. Então, aqui, seria nossa meta.

Próximo, por favor. Temos aqui um resultado a partir dessas três dimensões que mencionamos. Reforço que são resultados preliminares, estamos trabalhando num relatório final, que será publicada e discutida. Aqui estamos olhando até outubro e Orçamento Cidadão está aqui, com esses asteriscos, porque para o Orçamento Cidadão, esses valores são do empenho, não ainda da liquidação. E aí conseguimos ver, no mapa, quais foram as regiões que tiveram maior concentração de recursos de despesas liquidadas no Programa de metas, e nas Obras Prioritárias.

Vamos passar pelos valores e acho que via ficar um pouco mais claro, inclusive para a pergunta que o Igor fez agora há pouco.

Aqui é um gráfico, se puder passar. Está pequeno, não temos como ampliar, mas vou ler um pouco os principais resultados e explicar a estrutura desse gráfico.

Esse gráfico traz as 32 Subprefeituras, as barras são o quanto, de fato, a Prefeitura liquidou, em cada Subprefeitura, entre janeiro e outubro, a partir da metodologia que eu acabei de apresentar; e os pontos laranja – vocês poderão notar – são a referência de quanto deveria ter sido gasto, considerando essa proporção, de 5 bilhões, olhando o período de janeiro a outubro.

Tudo que está em azul são as Subprefeituras, as 14 que eu mencionei e que tiveram uma execução maior do que estava previsto pelo índice. As que estão em laranja – num amarelo mais escuro – são as Subprefeituras que tiveram uma execução menor do que o proposto pelo índice.

A partir desses resultados, conseguimos entender onde é necessário a Prefeitura alocar mais recursos para, de fato, cumprir o que foi pactuado no índice, e onde, tem algumas Subprefeituras, então aquela informação que eu trouxe no início, das 14 que superaram, acho que 6 que estão entre as primeiras do ranking –, na verdade, é um fator que entendemos como positivo. O ranking prevê que as primeiras colocadas são as Subprefeituras mais vulneráveis e a ideia é que tenham o maior aporte de investimentos e, daí, vemos, que as Subprefeituras, tais como Capela e Itaquera estão nesses critérios, estão em posições entre as primeiras posições do ranking, e tiveram uma execução maior do que o previsto.

— Não passarei por todas, mas vou dar alguns exemplos, porque, repito, a letra está muito pequena e, talvez, vocês não consigam ver a referência. Mas, por exemplo, Itaquera tinha uma previsão de gastos de, mais ou menos, 50 milhões, e teve uma liquidação de quase 200, no período.

Campo Limpo teve uma liquidação de, mais ou menos, cem milhões e a previsão era algo em torno de 75 milhões, considerando o período que estamos analisando. Esse exercício é importante, um, para a gente testar a metodologia. Então, vocês viram que não estamos olhando só para as informações do sistema orçamentário, estamos olhando para um conjunto de informações prestadas pelos órgãos no âmbito do Programa de Metas no Orçamento Cidadão e no monitoramento de obras e, a partir desse exercício, a gente consegue ter mais dados para o planejamento orçamentário para pautar inclusive os projetos de leis orçamentárias anuais.

Para encerrar, tem mais um *slide*, por favor, que são os próximos passos. A gente entende que é importante a discussão da metodologia com as partes interessadas para aprimorar o processo de monitoramento. Acho que o índice foi uma primeira inovação no sentido de que é uma estratégia de alocar recursos em territórios a partir de uma cesta de indicadores que

demonstrem a vulnerabilidade desses territórios. É, portanto, uma iniciativa que é constantemente aprimorada, e essa troca é fundamental.

Também vamos consolidar os dados e, para isso, eu trouxe resultados preliminares, e vamos publicar um relatório olhando toda a execução de janeiro a dezembro de 2022 nessas três dimensões mencionadas.

Para o monitoramento de 2023, não sei se todos acompanharam, mas o Programa de Metas passou por uma alteração programática no início deste ano. Para 2022, estávamos olhando 77 metas e, para 2023, temos 86. Então, pode ser que a gente tenha um conjunto maior do que aquelas 24 metas elencadas que eu mostrei anteriormente.

Por fim, o monitoramento permite definir as estratégias e aprimorá-las para que a gente destine os recursos para as subprefeituras de acordo com o previsto pactuado pelo índice.

Foram essas as informações que a gente preparou, e eu acho que seria superinteressante ouvir as partes interessadas para a gente aprimorar e construir em conjunto esse processo tão importante de destinação dos recursos para os territórios que mais necessitam.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Muito obrigado, Ariane, pela sua explanação.

Informo a presença *on-line* das Vereadoras Rute Costa e Cris Monteiro.

Devolvo a palavra ao Presidente Vereador Jair Tatto.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Isac Felix, relator da LDO e Vice-Presidente da Comissão.

Encerradas as inscrições.

Passo a palavra ao representante da Fundação Tide Setubal, Pedro de Lima Marin, Coordenador do Programa de Planejamento e Orçamento Público da Fundação Tide Setubal.

O SR. PEDRO DE LIMA MARIN – Presidente, eu tinha conversado com o Igor para que ele antecedesse a minha fala, porque tem uma questão cronológica. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, claro.

O SR. PEDRO DE LIMA MARIN – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vocês me desculpem as saídas, mas nós estamos lutando contra o tempo e, por isso, a gente fica no calendário, organizando para não apertar o relator, porque já amanhã eu quero que o projeto passe pela primeira votação, porque nós temos o tempo regimental de duas sessões para apresentar as emendas e, depois, a equipe técnica, juntamente com o relator, tem que compilar para a segunda votação do projeto. Então, necessariamente, não é só o prazo de entregar, mas, depois, o de preparar o relatório. Está assim nesta Casa, tudo meio rápido, obrigatoriamente rápido.

Imediatamente, então, eu passo a palavra, para a exposição, ao representante da Rede Nossa São Paulo, Sr. Igor Pantoja.

O SR. IGOR PANTOJA – Presidente Jair Tatto, obrigado pelo convite da Comissão de Finanças. Cumprimento os Vereadores e Vereadoras presentes e *online* à audiência; o Secretário Ricardo; a Ariane, o Fabricio; o Thulyio, em nome do TCM; o Pedro; o Vereador João Ananias e o Vereador Isac Felix.

Para nós da Rede Nossa São Paulo é uma honra participar deste debate da LDO falando de regionalização do orçamento e descentralização da Administração. Na verdade, a gente queria até falar um pouco mais sobre descentralização do que nós vamos falar hoje, e o que eu quero fazer é apresentar um breve histórico dessa proposta do índice, que veio de um projeto realizado pela Rede Nossa São Paulo juntamente com a Fundação Tide Setubal, um projeto chamado Reage SP - Virando o jogo das desigualdades em São Paulo, que dialoga diretamente com a questão das desigualdades na cidade de São Paulo.

Para quem não sabe, a gente produz o Mapa da Desigualdade, que mostra as diferenças gritantes entre os 96 distritos da cidade, com variações gigantescas no acesso aos serviços públicos e nas características sociodemográficas; inclusive estamos com duas

publicações do projeto que deu origem à questão do índice: uma que apresenta metas de referência – que eu vou explicar do que se trata mais à frente – e outra que fala diretamente do índice. Essa publicação, esse estudo, que também foi muito liderado pelo Pedro da Fundação Tide Setubal, foi o que originou essa proposta, que, depois, foi objeto de um termo de cooperação técnica da Fundação Tide Setubal com a Prefeitura para que esse índice fosse colocado em prática.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. IGOR PANTOJA – Iniciando a apresentação, de maneira muito breve, esse projeto foi iniciado em 2020, antes das eleições municipais exatamente com o objetivo de incidir no debate eleitoral. Com, talvez, três premissas, o primeiro objetivo do projeto é a redução das desigualdades na cidade de São Paulo e, por isso, constituímos esses esforços, reconhecendo essas grandes desigualdades existentes, que eu acho que todo mundo aqui conhece bem, baseados na questão da Agenda 2030, nos objetivos do desenvolvimento sustentável, que é uma agenda global na qual São Paulo tem avançado juntamente com a sociedade civil e com a Prefeitura – a gente tem uma comissão municipal dos ADEs também, que foi criada nos últimos anos –, e algumas premissas, como a questão da integração entre os planos setoriais, boas práticas nacionais e internacionais e a questão do território como lugar de integração das políticas públicas.

Então, acho que esse ponto final do território como eixo de integração das políticas também é um aspecto que eu queria destacar e que vai ser mais bem tratado nesta apresentação.

Esse projeto tinha uma proposta de quatro etapas de implementação. O primeiro é a constituição de metas de referência para a cidade de São Paulo, também na perspectiva de que a candidatura que fosse eleita em outubro de 2020 respeitasse um pouco essa priorização, que não é feita diretamente por nós, Fundação Tide Setúbal e Rede Nossa São Paulo, mas é o que

os indicadores e os dados trazem sobre os principais desafios da cidade de São Paulo em dez temas de política pública – que eu também vou passar adiante – só para entendermos o que são essas metas de referência. O diálogo direto seria com o Programa de Metas, e depois a gente vai ver se isso aconteceu ou não.

O segundo ponto trata da regionalização e redistribuição do orçamento, que é exatamente o objeto desta Mesa. Também é importante reconhecer que a Prefeitura avançou nesse sentido, que é uma iniciativa pioneira, com uma escala gigantesca; são cinco bilhões de reais em recursos que a gente está tratando, ainda pouco diante do que deveria ser, porque a gente está tratando 20% do que estava previsto para investimento municipal, mas esse volume de investimento, a gente está vendo, pelas projeções, que vai aumentar consideravelmente e, portanto, esses cinco bilhões vão ser um pouco menos do que os 20% originalmente planejados.

O terceiro ponto é a questão da decisão participativa no território, também um ponto em que a gente ainda tem muito que avançar, que eu também vou passar mais adiante.

O quarto ponto é a governança coordenada, no sentido não só de monitoramento da execução desses gastos, territorialmente distribuídos, mas também do ponto de vista da integração das políticas nos territórios. Quando a gente fala de subprefeitura, às vezes, a gente tem duas percepções ou dois conceitos, vamos dizer assim: uma coisa é a subprefeitura órgão, que existe onde a gente mora, mas que nem todo mundo sabe que existe, os 32 edifícios, vamos dizer assim, 32 subprefeitos; e a subprefeitura território propriamente dito, que abarca uma série de distritos, uma série de bairros e que é onde de fato a vida das pessoas acontece. E essas coisas, a subprefeitura órgão e a subprefeitura território, muitas vezes, têm o diálogo muito baixo. A gente sabe que a capacidade de incidência da subprefeitura órgão no território é muito baixa. Então, isso é um dos pontos que a gente gostaria muito de ver avançar em São Paulo.

Então, as metas de referência não vou entrar tanto nesse tema. A gente tem três eixos: um eixo que era em relação à criação de oportunidades e a questão da nova economia; um segundo eixo sobre cuidar e educar, e aí tem alguns temas ali envolvidos nisso – educação, saúde, infância e adolescência; e o terceiro eixo que era conviver e aproximar, tratando

principalmente de habitação, mobilidade, cultura e uso de espaços públicos. Isso tudo está nessa publicação das 50 metas de referência que está disponível *on-line*. Eu trouxe alguns exemplares aos participantes da discussão, mas a gente tem tudo isso *on-line*.

Sobre as metas, a gente trouxe alguns exemplos, mas só para ilustrar. Então, nesse primeiro eixo sobre criação de oportunidades e construir uma nova economia a gente mostra nesse mapa a desigualdade existente entre o emprego formal nos diferentes distritos da cidade, nos 96 distritos da cidade. Enquanto a Barra Funda tem uma média de 59,2 empregos para cada 10 habitantes, Cidade Tiradentes tem 0,2 emprego. Então, as áreas mais escuras do mapa são as áreas com menor taxa de emprego formal por habitantes na cidade de São Paulo e as áreas mais claras são as áreas que concentram esses empregos formais.

Então, o desafio seria, claro, melhorar essa distribuição de emprego na cidade fazendo com que as pessoas consigam morar mais próximo da onde elas trabalham, por exemplo.

Tem alguns outros exemplos de metas. Aí tem todas as metas desse eixo 1. O eixo dois: cuidar e educar. Um exemplo de metas em relação à gravidez na adolescência, por exemplo, a taxa, o percentual de crianças nascidas de mães adolescentes em Marsilac chegava a quase 20%, 18.9%; enquanto, em Moema, o percentual é de 0,4%. Fica bastante evidente onde são necessárias ações para essa questão da gravidez na adolescência, que não é só uma questão de saúde, mas para onde devem ser direcionados os esforços nesse sentido. Então, as áreas mais escuras do mapa deixam isso bastante evidente.

Aí tem outros exemplos de metas. Todas as metas do eixo 2. A mesma coisa agora com eixo 3. Em relação à equipamentos públicos de cultura, a gente vê a grande quantidade de distritos da cidade que não possuem equipamentos de cultura e aí também a proporção. Enquanto alguns lugares concentram bastante equipamentos - são as áreas mais claras ali do mapa -, os distritos da cor mais escura são aqueles que não possuem ou possuem poucos equipamentos, vamos dizer assim, tendo em vista a população ali.

Esse conjunto de metas foi apresentado a todos os candidatos nas eleições de 2020

e aí, enfim, com a vitória do Prefeito Bruno Covas naquele momento, depois o Prefeito Ricardo Nunes assume. A ideia era de que essas metas de referência servissem para balizar um pouco a discussão do Programa de Metas.

A gente considera, na Rede Nossa São Paulo, que bastante pouco disso foi aproveitado. A gente teve um processo participativo do Programa de Metas que foi até *on-line*, então, teve uma série de limitações nesse sentido. E a gente considera também que teve pouca absorção das contribuições da população nesse processo participativo no programa final, no programa que foi, de fato, implementado.

Mas, enfim, passando por essa parte, não era um objeto aqui, a gente até está construindo com a Prefeitura uma proposta de um evento para falar sobre o Programa de Metas. A gente está vendo ainda a questão da data, mas depois a gente pode avançar mais nesse sentido.

Ali já aparece a segunda etapa que é a distribuição orçamentária por subprefeitura de acordo com o critério de vulnerabilidade. Então, isso é em 2020, portanto, antes da elaboração do PPA. Então, foi essa segunda etapa desse projeto que originou de alguma maneira esse índice que agora a gente está discutindo.

Aqui temos alguns componentes do índice. O Pedro é o especialista, na verdade, nessa questão. Ele talvez depois possa tratar com um pouco mais de detalhes, mas essa foi a proposta naquele momento de composição na hora que a Prefeitura implementou. Depois do convênio de cooperação técnica que Fundação fez com a Prefeitura, essa composição alterou um pouco, mas eu acho que a estrutura, de modo geral, continua garantindo que as áreas com maior vulnerabilidade recebam um maior percentual desse investimento previsto no PPA. Então, acho que esse é o espírito da proposta. Isso de alguma maneira foi mantido.

A proposta gerava um mapa da cidade de São Paulo, como este. A gente fez, na época, um exemplo hipotético de um investimento de um bilhão de reais como isso deveria ser priorizado, quais as áreas que deveriam receber a maior parte desses recursos e são as áreas aí das cores mais escuras. Então, também como vocês veem, de alguma maneira isso foi um

pouco mantido pela aplicação do índice que a Ariane apresentou.

Agora um ponto que acho que talvez seja uma das fronteiras para avanço na questão da efetividade dessa descentralização dos recursos e dessa maior, vamos dizer assim, capacidade de que esse recurso responda efetivamente aos desafios dos territórios é exatamente essa etapa da decisão participativa. A gente tem atualmente um processo de priorização, de criação de propostas pelos cidadãos da cidade, que é o Orçamento Cidadão, que é um processo eletrônico, tem algumas audiências públicas também, o que é importante. Mas a gente vê que ainda tem uma série de dificuldades para que essas propostas de fato consigam passar pelo crivo técnico, pelo crivo financeiro e pelo crível político, falando muito diretamente aqui.

Então, se há um compromisso efetivo da gestão pública municipal para que esses recursos façam a diferença na vida daqueles territórios, é muito importante que as pessoas que moram ali sejam protagonistas nesse processo e isso está muito longe de acontecer. A gente tem 32 conselhos participativos municipais com baixíssima capacidade de incidência. A gente teve até um anúncio do Prefeito no momento da posse desses conselheiros de que cada subprefeitura iria receber um montante de seis milhões de reais para investimento, só que foram dados dois dias para que esses conselheiros decidirem sobre isso.

O Igor acompanha esse debate aqui e conhece muito bem o detalhamento desse processo. O grupo de trabalho de Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo está muito atento a isso também. Então, são duas coisas que por um lado há de se reconhecer, como eu já fiz, esse esforço da gestão em aprimorar mecanismos de regionalização, mas por outro lado ainda falta avançar na descentralização política. Então, é reconhecer a legitimidade da população, do cidadão, dos conselheiros como interlocutores legítimos para tomada de decisão sobre o território.

Nessa etapa participativa do projeto construímos cenários de investimento para cada uma das subprefeituras. Na verdade, fizemos um experimento com duas subprefeituras – Pirituba/Jaraguá e São Miguel Paulista. Fizemos um sorteio de moradores que participaram de

um processo deliberativo ali com parceria com essa organização, que é o Delibera, que trabalha muito com a Assembleias Cidadãs. Esses encontros geraram, sim, um conjunto de propostas e um plano de ação para aquelas subprefeituras.

Então, a gente tem mapas, gráficos, detalhamento. Aquilo ali é o mapa de São Miguel Paulista, da Subprefeitura de São Miguel Paulista. Então, mostra ali como que projetos que foram propostos pela população poderiam ser executados naquela Subprefeitura. Isso está pronto. Criaram três cenários e, aí, dentro desses cenários a população decidiu, dentro desse projeto feito pela sociedade civil – é importante dizer isso -, não é um processo da Prefeitura. Isso foi feito pela sociedade civil, saíram ali as propostas de ação prioritárias para aquelas regiões.

Então, essa tomada de decisão no território, baseada em todos esses marcos normativos que estão ali – o Programa de Metas, o Plano Plurianual, os planos regionais que também estão absolutamente desarticulados do sistema de planejamento atualmente da cidade, apesar de existirem no papel –, eles são a base, na verdade, para essa discussão informada com a população. Então, de pouco serve que a Prefeitura faça a definição do que vá entrar no índice como gasto legítimo de cada território. Isso deveria ser uma decisão tomada pelos moradores das subprefeituras. Então, essa definição, que estamos vendo, do índice, do corpo técnico, da própria Prefeitura decidindo o que vai entrar no índice ou não, isso ainda não está condizente exatamente com o espírito do índice. Então, se por um lado o resultado da regionalização do gasto condiz, por outro lado a ideia de que, cada vez mais, a população possa priorizar, de fato, o que vai entrar nesse índice ou não; o que é importante para aquele território ou não.

Enfim, então era essa a ideia ao falarmos de governa compartilhada: é a Prefeitura propondo as legislações; a Câmara fazendo esse controle social, fazendo o monitoramento, fazendo a incidência que lhe cabe. E, por outro lado, também a população, esses conselhos participativos principalmente fazendo essa análise de quem vive nos territórios, de quem vive nas subprefeituras sobre quais são as prioridades. Então, acho que esse é o aspecto que poderíamos avançar bastante e vamos pensar juntos como é que se faz isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. O problema é se o relatório já vem desse jeito. Os vereadores não terão o que fazer para incluir no relatório da segunda, da LOA. Se já vier pronto assim, não teremos aqui o que fazer.

Obrigado.

O SR. JOÃO ANANIAS – Presidente, você viu aí que nós precisamos descentralizar o poder. Aí, o Isac Felix tem de articular. Você viu que falta realmente descentralizar o poder, mandar dinheiro para os subprefeitos terem poder. Você viu aí.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Mas, brincadeiras à parte, eu passo imediatamente ao Pedro, da Fundação Tide Setúbal.

O SR. PEDRO DE LIMA MARINHO – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todas e a todos. Agradeço ao convite para esta reunião de Finanças e Orçamento a fim de discutirmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cumprimento os meus colegas de Mesa; os Sras. e Srs. Vereadores; os representantes do Executivo. Para a Fundação Tide Setúbal é sempre um prazer colaborar para este tema da regionalização do Orçamento. Esta é uma bandeira, uma causa da Fundação desde 2017, por entender a importância deste tema para o combate às desigualdades socioespaciais, que é a missão da nossa Fundação.

Cumprimento e parabenizo publicamente o Executivo, por ter topado encarar esse desafio de pensar critérios de alocação de recursos públicos com base nas vulnerabilidades territoriais da cidade; todo o trabalho do índice, que a Ariane apresentou, que o Igor contou o histórico. Esse trabalho está sendo referência para outros municípios. Nós temos dialogado com outras cidades que estão interessadas a ter esse olhar regionalizado. Nós, inclusive, estamos fazendo um curso para gestores municipais de todo o país com a Anap, porque a experiência de São Paulo é uma das principais referências. Então, esse trabalho está tendo um impacto que vai para além da cidade de São Paulo, mas que acho importante – e é o nosso objetivo aqui hoje – olhar para o que está sendo feito e pensar como é que podemos avançar e como podemos

aprender com toda essa implementação, com esse primeiro ano, que foi 2022, em que o índice foi aplicado e aprendermos com essa experiência e melhorar.

Eu havia preparado uma apresentação contando, um pouco, a história de como chegamos nesse índice; contando a experiência do Reage SP, essa plataforma que a Fundação trabalhou com a Rede Nossa São Paulo durante a campanha de 2020, e contando a história da parceria do termo de comparação técnica que a Fundação fez com a Prefeitura de São Paulo para implementar uma versão oficial do índice, que ficou registrada no Plano Plurianual. Mas eu acho que tanto as falas da Ariane quanto do Igor já comparam um pouco essa história. Então, eu queria focar aqui em dois aspectos.

Eu vou reduzir, um pouco, a minha fala para não ser repetitivo e focarei em duas coisas.

Primeira, eu queria retomar um pouco porque nós entendemos como sociedade civil desta cidade que é importante regionalizar o Orçamento. E, aí, à luz disso, desses motivos, do porquê é bom regionalizar, pensarmos um pouco nos desafios, até onde conseguimos chegar e como podemos melhorar. E, aí, Relator, eu pensei até em algumas coisas. Como nós estamos aqui em um debate sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias, como a LDO poderia contribuir nesse processo. Algumas reflexões para pensarmos juntos.

Então, como costumamos dizer na Fundação, quando falamos de regionalizar o Orçamento, estamos falando basicamente de quatro coisas. Primeira, precisamos regionalizar para aumentarmos a transparência do gasto público. Por quê? Porque hoje nós temos um sistema orçamentário razoavelmente transparente, temos os portais de transparência da Prefeitura; a Secretaria da Fazenda divulga diariamente informações da execução orçamentária, onde você consegue ver despesa por órgão, por função, por classificação econômica. Você tem lá uma série de critérios onde você consegue olhar como o gasto público está sendo executado, de forma relativamente funcional. É um bom sistema de transparência, mas tem essa dimensão que é bastante crucial, quando você vai falar de Orçamento com as pessoas nos territórios, principalmente nos territórios periféricos, que é: “Mas onde essa despesa está acontecendo? Ela

está acontecendo no Centro? Ela está acontecendo no meu bairro?” Quando vamos falar de Orçamento com as pessoas a primeira coisa que elas querem saber é: “Tá, e o meu bairro? Como é que ele aparece no Orçamento?” E a forma que a classificação do Orçamento se dá hoje é uma pergunta que não conseguimos ainda responder. Tem melhorado. A Prefeitura tem feito vários esforços no sentido de melhorar a divulgação de informações regionalizadas sobre Orçamento, sobre execução orçamentária, nós reconhecemos isso, que está melhorando. Mas ainda dá para melhorar. E nós temos aqui algumas sugestões que vamos trazer em seguida. Então, essa é uma dimensão.

Ligada à essa dimensão da transparência, tem a questão da participação. As pessoas querem participar do processo orçamentário, mas um dos requisitos para que elas possam participar é que se consiga localizar no território. Se você chama uma audiência pública em uma subprefeitura, em um distrito, em um bairro, e você não consegue ali apresentar informações regionalizadas fica difícil para as pessoas verem a concretude, e elas se desmotivam a participar. Então, essa questão da participação, que o Igor trouxe bastante na fala dele, é um dos motivos principais para pensarmos a regionalização do Orçamento.

Um terceiro motivo para regionalizar e que tem a ver com essa ideia do índice, de você pensar critérios técnicos para alocar o Orçamento nos territórios de forma a reduzir desigualdades, é essa dimensão do planejamento. É muito importante que o território faça parte do processo de planejamento e não só dentro do âmbito de cada secretaria, porque nós sabemos que cada secretaria tem os seus critérios para pensar o território, como que ela vai distribuir os seus serviços e os seus investimentos. Mas se você não tem algum processo de coordenação nisso, você vai produzir investimentos fragmentados. A Prefeitura não vai olhar cada território como um todo, não vai fazer um esforço para coordenar as ações de todas as secretarias em cada território. Essa dimensão do planejamento também é importante.

E, por fim, uma dimensão de eficiência, conseguir começar a pensar em custos, quanto está custando, prover cada serviço em cada região da cidade, como aumentar a eficiência do gasto. A regionalização também tem um papel nesse sentido, de ir em direção ao sistema de

custos. O Santo Graal da administração pública, todos querem ter a informação dos custos. A regionalização é um passo nesse sentido.

Então, à luz desses quatro motivos para regionalizar como sempre colocamos, como sociedade civil, vejo alguns desafios que podemos pensar juntos e a Fundação se coloca à disposição para continuar colaborando, tanto com o Executivo, quanto com o Legislativo, nesse sentido. O primeiro desses desafios, é como aumentar, radicalizar essa ideia de produzir dados de execução orçamentária regionalizados.

A Fundação já fez alguns estudos sobre quanto por cento do orçamento de São Paulo está regionalizado. Em 2018, se não me engano, era 15%; depois, em 2019, foi para 10%. Agora, não fizemos esse estudo, mas sei que está melhor, deve estar em torno de 25, 30%, mas ainda é pouco. Ainda é uma fatia pequena que está sendo regionalizada pelo detalhamento da ação, mas já sabemos como aumentar essa regionalização. Existe no Tribunal de Contas do Município um Grupo de Trabalho sobre regionalização do orçamento público, que tem feito vários estudos, não só com base na informação do detalhamento da ação, que é muito importante, mas com base em outros sistemas que a Prefeitura dispõe.

Então, tivemos lá um pesquisador que trabalhou, por exemplo, a regionalização dos gastos de pessoal a partir de dados do SIGPEC, porque se consegue fazer de forma relativamente simples. A regionalização de dados da execução dos contratos de OS, na área da saúde, que se consegue fazer de forma relativamente simples, porque já está em um sistema informatizado.

Então, temos outras fontes de informação, além dos detalhamentos da ação, que podem ser apropriadas pela Prefeitura, para aumentar o reporte, a divulgação de informações regionalizadas do orçamento. E essas metodologias estão prontas, inclusive, dentro do GT de Regionalização do Orçamento, do qual participam colegas da Secretaria da Fazenda, temos lá metodologias e formas de fazer isso. Entendemos todos os desafios técnicos, a dificuldade de fazer, mas dá para fazer, dá para aumentarmos e começarmos a reportar. Chegamos, no Grupo, em um relatório das edições de 2021, com mais de 60% do orçamento regionalizado.

Então, dá para começar a trazer dados de outros sistemas para complementar a informação do BA, de forma relativamente simples e aumentar esse percentual regionalizado do orçamento. Então, esse é um primeiro - enfrentando aquela ideia de aumentar a transparência – desafio que podemos enfrentar nesse sentido.

Outro desafio, a ideia de implantamos o índice, temos um ano de execução do índice, como vamos trabalhar o monitoramento e avaliação dos dados a partir da aplicação desse índice. Então, a Ariane mostrou como está sendo apurado o cálculo do índice, em que se aplicam 5 bilhões no período do PPA, mostrou uma avaliação que o Executivo está fazendo de onde está investindo mais do que estava previsto, onde está investindo menos.

E a pergunta que fica é como corrigimos esse rumo, porque há subprefeituras que são muito vulneráveis, estão recebendo menos. E de acordo com o índice deveriam, então, nos próximos anos receber um pouco mais de investimento para compensar, já que não receberam nesse primeiro ano de execução. Como é que isso será feito, quais são os processos, como a Prefeitura está pensando esses processos de monitoramento, avaliação e ajuste de correção de rumos para chegar em uma distribuição mais próxima do índice. Como é que esse monitoramento e essa avaliação vão se dar, de novo, acho que vamos conversar mais sobre isso. Não estou pedindo uma resposta agora, mas acho que é um ponto de desafio para seguirmos nos próximos meses.

Outro desafio, acho que o Igor colocou isso também, a proposta original quando fizemos com a Rede, o Reage SP, era que o índice fosse aplicado a todo o conjunto de investimento e ampliação de serviços da Prefeitura. Então, tudo o que for orçamento novo, de coisas novas, novos serviços, novos investimentos, que isso fosse distribuído de forma a privilegiar territórios mais vulneráveis. O Executivo não necessariamente topou aplicar a todo o valor do orçamento, ficou restrito a 5 bilhões, que era mais ou menos um quinto do valor total. Mas estamos vendo que o investimento da Prefeitura está aumentando, então esse um quinto, 5 bilhões serão menos do que um quinto, provavelmente, se a Prefeitura continuar nesse ritmo.

Então, seria importante pensar como reajustar. Será que não poderíamos pensar

esse valor, 5 bilhões, de uma forma dinâmica em relação ao total do valor investido da Prefeitura. Entendemos, como sociedade civil, que seria importante ampliar esse espaço do investimento que está sendo pensado de forma regionalizada, porque senão pegamos só 5 bilhões, dentro de um universo de 30, 40 bilhões, talvez, e em um pedaço muito pequeno do investimento pode se estar privilegiando subprefeituras mais vulneráveis, mas e no resto, e no grosso. Então seria importante ir ampliando e pensando em formas de aumentar o tamanho do orçamento total de investimento e ampliação do custeio que está sendo apurado de acordo com o índice.

Falando um pouco de participação, só reforçar o que o Igor falou. Acho que de todo o ciclo do Reage, o que menos avançou foi essa parte de participação. Então, conseguimos construir uma proposta de um orçamento regionalizado para cada Subprefeitura, mas isso não foi submetido a uma discussão participativa. Nem com os conselhos participativos, nem tentando levar em uma forma de mini público, ou de audiências cidadãs, que fizemos e propusemos no Reage.

Então, essa discussão ficou bastante aquém do que esperávamos e realmente acreditamos que o território, os conselhos, a população de cada Subprefeitura pode ajudar a definir o que é prioridade, o que tem de caber dentro do pedaço desses 5 bilhões, ou do novo valor que se acordar, o que será feito lá. A população de cada região sabe o que deve ser a prioridade. Achamos que isso pode, inclusive, ajudar a Prefeitura na tomada de decisão de como os recursos estão sendo aplicados.

E, por fim, só para encerrar, como estamos em uma audiência sobre a LDO, acho que a LDO pode ter um papel no sentido de pensar mesmo como é que esses ajustes na aplicação do índice vão se dar a cada ano. A LDO poderia trazer, por exemplo, uma avaliação do que foi o ano passado, antecipar um pouco o cronograma desse relatório que a Ariane mostrou. Por exemplo, conseguirmos tê-lo antes de junho para fazer uma avaliação, como foi a aplicação do índice e a própria LDO colocar diretrizes para fazer essa correção, para que isso possa ser discutido em um âmbito maior, aqui no Legislativo. Ajustarmos um pouco esse calendário para que a LDO possa cumprir esse papel de avaliação do ciclo anterior e de correção

de rumos para o próximo ciclo, a partir da apuração de como foi a execução.

Não sei se vamos conseguir fazer isso para esse ano, porque ainda não temos o relatório finalizado, mas fica essa proposta. Acho que a LDO é sempre um pouco o patinho feio do ciclo orçamentário, mas é importante que ela vá trazendo para si esse papel de avaliação, de indicar diretrizes, para isso que foi criada. Então, temos uma proposta no PPA para quatro anos, a LDO poderia fazer esse papel de fazer a ponte entre o que estava planejado, o que estamos conseguindo executar e que tipo de ajuste pode ser pensado para a LOA do ano seguinte.

Então, acho que é isso, gente. Essa é a minha intervenção. Agradeço o convite e a Fundação está à disposição para continuar esta conversa.

Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Isac Felix.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Muito obrigado pela sua explanação.

Estaremos sempre atentos às suas sugestões. Tudo passa pela descentralização, então tudo o que nós ouvimos aqui passa pela descentralização e regionalização também das Subprefeituras. Isso, no contexto geral; e essa questão também de que cada pessoa sabe o que precisa ser feito no seu território, no seu bairro.

Às vezes, chegam algumas demandas do nosso bairro, da nossa região, e não consultam ninguém. Mas, a partir do momento em que se consulta, a coisa anda de forma melhor. Então, fica mais uma vez essa fala da descentralização.

É interessante discutirmos a LDO, da qual sou relator pela terceira vez. A gente faz vários planos, vários projetos, ouve a população, mas tem um detalhe que o Sr. Túlio pode levar para os meus amigos conselheiros do Tribunal de Contas, porque todos eles saíram desta Casa e passaram por esta Comissão, que acho que vamos ter que fazer audiência pública com o Tribunal de Contas para ver o que está parado lá, o que está travado e por quê.

Hoje nós temos um grande programa de recapeamento nas grandes vias da cidade

de São Paulo, mas temos mais de R\$ 300 milhões parados, que são para fazer recapeamento daquelas ruas paralelas, dentro dos bairros, onde as pessoas sofrem para transitar.

O Poder Executivo tem feito a sua parte, tem aplicado, tem mandado os recursos; e nós, do Legislativo, estamos aprovando projetos de interesse da cidade de São Paulo. Então, a Câmara está tendo agilidade, o Poder Executivo está fazendo, mas há algumas pautas paradas no Tribunal. E eu tenho conversado com os conselheiros e cobrado deles, porque muitas vezes a população depende de um serviço e cobra do Executivo ou cobra de nós, Vereadores; mas o processo está parado no Tribunal de Contas.

Eu tenho cobrado desta Comissão, já que nós somos órgão fiscalizador do Tribunal de Contas, para estar pedindo agilidade nesses processos que lá estão. É impossível fazer um programa tão grande de recapeamento na cidade de São Paulo nas grandes avenidas, nós cobrarmos do Executivo o recapeamento das vias paralelas, dentro dos bairros, sendo que o processo está parado no Tribunal de Contas; e outras coisas mais, que nós sabemos.

Secretário Torres, nós cobramos vocês sobre fazer concurso público, fazer chamamento, mas eu acho que nós precisamos mesmo exigir dos técnicos, das pessoas que estão no Tribunal, que comecem a trabalhar para ajudar a cidade de São Paulo.

O Presidente do Tribunal de Contas Eduardo Tuma, meu amigo, foi meu Presidente nesta Casa e trabalhou em várias CPIs comigo, foi meu mentor, e agora estou só eu nesta Casa.

Gente, vamos ouvir os inscritos. Tem a palavra o Sr. Felipe Bastos Torres. Não está presente. Sr. José Augusto Batista de Oliveira. (Pausa) Sra. Marli Soares de Araújo. (Pausa) Sra. Haydée Paixão. (Pausa) Sra. Rosangela Vieira.

A SRA. ROSANGELA VIEIRA – Bom dia a todos da Mesa, os munícipes que participam *on-line* e presencialmente. É muito importante esta reunião, gostei muito das falas, com as quais a gente sempre aprende muito. Foi muito importante a sua apresentação, bem esclarecedora; e a fala do Sr. Igor me representou muito.

Eu quero falar basicamente sobre as metas e prioridades do quadro que foi apresentado. É muito bacana saber da regionalização do gasto público e, conseqüentemente,

das metas, que é algo que sempre me chamou a atenção e me preocupa.

Quando a gente avalia o PPA e o Plano de Metas, eles fazem toda a associação com ODS, com Agenda 2030, só que me chama a atenção que o Plano de Metas cita “metas não regionalizadas”. Entendo que esse planejamento da regionalização é novo, desde 2022, mas quando a gente olha o plano regional e o plano de ação das Subprefeituras, como aconteceram essas reuniões do diálogo aberto para apresentação das ações realizadas no período, eu acho que a gente poderia já ter trazido esse entendimento para as Subprefeituras.

Por que eu falo isso? Porque o relatório apresentado pelas Subprefeituras não fez nenhuma associação ao Plano de Metas nem a ODS; então, o que existe no PPA e no Plano de Metas não foi espelhado ao que foi apresentado no último mês pelas Subprefeituras. Não houve nada que indicasse qual era a meta, o que foi planejado, qual foi o percentual atingido sobre isso, qual associação que se fez em relação a isso.

Então, eu acho que esse era o momento de fazer o munícipe entender esse planejamento da Câmara, toda essa novidade que está acontecendo, já que a gente acabou de fazer essa bateria de reuniões do Orçamento Cidadão. Da forma como está sendo feita a apresentação, é insuficiente para que o cidadão se aproprie da informação e entenda realmente o Plano de Metas.

Gente, se vocês olharem qualquer relatório do *Diálogo Aberto*, não há uma única menção de Plano de Metas do Município ou ODS. Então, chamo a atenção para que isso seja espelhado rapidamente nos relatórios das Subprefeituras.

Em relação à meta 64, é uma meta que me chama muito a atenção, porque ela fala que a gente precisa plantar 180.000 árvores na cidade e atingir mais de 50% da cobertura vegetal da cidade. Na semana passada, a gente ouviu uma publicação dizendo que nós passamos dos 50%, mas isso está atingido enquanto meta do Município; porque, se considerar a desigualdade territorial que nós temos hoje, a meta não está atingida.

Hoje nós temos, por exemplo, distritos sem nenhum parque; temos Subprefeituras com os percentuais de cobertura vegetal por habitante muito inferiores ao que é recomendado.

Então, quando você olha a meta e o atingimento municipal, está legal; mas, quando você desce para o território e vê essa desigualdade, na verdade, a meta é quantitativa, e não qualitativa.

Portanto, se a gente não regionaliza essas metas, significa que a gente não está trazendo qualidade de vida para a população. Não é correto falar que a gente tem uma cobertura de 50% na cidade de forma igualitária, porque não é. Isso, na média, temos; mas temos distritos ainda sofrendo muito com falta de cobertura vegetal. Então, é realmente muito urgente essa regionalização.

Para complementar, eu queria fazer o seguinte entendimento sobre a apresentação da Ariane, por exemplo: como os munícipes têm esse tipo de informação? Onde vai ser publicado? Porque o Plano de Metas, hoje, não cita nada em relação a essa regionalização. E eu gostaria de saber como isso vai ficar.

O último ponto, que eu acho que é o mais importante, é capacitar conselhos participativos, capacitar subprefeituras, capacitar o cidadão.

A subprefeitura tem que estar capacitada, porque é o primeiro canal com a população; os conselhos participativos, e o CADES, que é o conselho voltado ao meio ambiente. Temos uma agenda superimportante, a 2030, agora. Então, essa capacitação é extremamente importante. As pessoas ainda não entendem a importância do Plano de Metas ou não enxergam toda essa dimensão. E isso tem de estar refletido nas subprefeituras de forma igualitária, para que todos tenham esse entendimento. Isso esbarra também no próprio Orçamento Cidadão.

Gente, eu não sei se vocês estão me ouvindo.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, estamos ouvindo.

A SRA. ROSÂNGELA VIEIRA – Ah, obrigada.

E vou finalizar falando sobre o Orçamento Cidadão, que o Igor citou bem.

Eu acompanhei agora um pouco a escolha das propostas. O que eu sinto? Os

conselhos participativos precisam estar mais capacitados – não é culpa deles, tá? – para que eles tenham mais subsídios e regras, indicadores, para escolher as propostas.

Vejam, todos os anos, há propostas que são escolhidas e há propostas que já estão no orçamento ou que já estão sendo executadas. Então, essa fase do Orçamento do Cidadão não está muito coerente. Esse estudo de viabilidade tem que dar algumas ferramentas antes para que os conselhos consigam avaliar algumas etapas, para que não coloquem propostas que já estão em andamento para votação. É preciso criar alguns parâmetros, algumas regras, para que as pessoas estejam mais capacitadas.

Eu acho que já finalizou aqui. Eu não estou ouvindo bem. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O primeiro inscrito, para falar presencialmente, é o Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado.

Bom dia, estimados munícipes da cidade de São Paulo; Sr. Vereador Jair Tatto; Sr. Vereador Isac Felix; Sr. Secretário Ricardo Torres e equipe; senhores representantes das entidades Rede Nossa São Paulo, presidida pelo Sr. Jorge Abrahão, e Fundação Tide Setubal, presidida pela Sra. Nica Setubal.

É muito bom ter a sociedade civil aqui também na Mesa, como também seria bom a Mesa convidar os conselheiros municipais para falar, compor a Mesa, porque, senão, o conselho municipal fica uma inutilidade.

Vemos, com todo o respeito, a inutilidade dos conselhos participativos municipais. E isso foi avisado desde o seu início. Quiseram imitar a experiência exitosa do conselho do orçamento participativo municipal, que era deliberativo, para uma coisa consultiva. É lógico que isso não vai dar certo. É uma coisa lógica, evidente, não precisa ser doutor em ciência política para ver que isso não vai dar certo. Não vai dar certo mesmo, porque uma coisa é deliberação, outra coisa é um conselho consultivo. Enquanto não se superar essa dicotomia...

E nisso a Câmara Municipal tem muita culpa, porque não faz valer a lei 13.399, de 16 de setembro de 2002, que criou as subprefeituras, que prevê a descentralização e a

participação e a transparência muito mais explicitamente – está lá na lei. Quem não cumpre lei tem que ser o quê? Preso, extraditado, expulso do Brasil? Não se cumpre lei. A lei está lá. Ou, por sinal, existe coordenadoria de educação na Subprefeitura da Sé? Não existe. Você lê lá “coordenadoria de educação no Ipiranga”, que contempla a Sé. Isso é ilegal, porque a lei diz que tem que ter uma coordenadoria de educação na Sé, no Ipiranga, em Vila Mariana, como também na Saúde. Então, minha gente, vamos parar de obedecer ao José Serra, que perdeu ano passado – e não sei nem se está hospitalizado, ou se o Conde Drácula vai buscá-lo logo, não sei –, mas vamos parar de obedecer esse desrespeito à lei de 2005. Vamos parar com isso. Vamos colocar a lei como ela está.

Eu participei de dois orçamentos cidadãos no mês passado, muito discrepantes entre si – Vila Mariana e São Mateus. E foram audiências iguais.

É lamentável o processo de elitização do orçamento. Não vemos o pobre no orçamento. Não vemos nem os conselheiros de moradores de rua nessas reuniões orçamentárias. E vai dar aval para essas reuniões? Claro que não. É um absurdo completo.

Também li lá nesse novo critério... porque cada governo que vem muda o critério. Vemos que não foi colocado o critério de participação.

Por exemplo, Cidade Tiradentes está extremamente prejudicado nesse critério, porque não se coloca a questão da participação, que, quando existia o Orçamento Participativo, de fato, na gestão Marta Suplicy – infelizmente, ela aderiu a esse governo, daí o apelido de “Martaxa”, porque deveria ser a opositora deste governo de João Doria, Bruno Covas e Ricardo Nunes. Aliás, três péssimos prefeitos, como também foram péssimos Fernando Haddad, José Serra, Gilberto Kassab e Celso Pitta também.

Bruno Covas não passa de um Pitta do PSDB. Vamos falar a verdade, porque é lamentável a coisa, porque são táticas malufistas.

O orçamento de Ricardo Nunes repete coisas malufistas, da época da Emurb, orçamento fechado, pouca transparência, fechado a quatro paredes. Revemos essas práticas. E essas práticas não deixam o povo participar na sua plenitude, na sua exuberância,

especialmente, o povo mais pobre. Os segmentos sociais vulneráveis também sumiram do Orçamento? Mas é lógico que sumiram, eles nunca são considerados. Então, realmente, é uma situação muito lamentável.

A cidade de São Paulo foi fundada quando? Um santo fundou, dá nome a esta Casa: São José de Anchieta, em 25 de janeiro de 1554. Há 469 anos. Aliás, sob inspiração de outro grande santo português que hoje se celebra, o Santo Antônio de Pádua, Santo Antônio de Lisboa. Esses, sim, grandes seres humanos. E nunca, em tempo algum, nesses 469 anos da existência de São Paulo, a Câmara Municipal derrubou um veto da LDO de um prefeito. Vocês sabiam disso? Então, discutimos um projeto, hoje, que sabemos que o Prefeito Ricardo Nunes vai vetar artigos, e esse veto jamais vai ser derrubado.

Vimos no governo que acabou, do Jair Bolsonaro, quantos vetos foram derrubados pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal. E o mundo não acabou por causa disso. E ele também não perdeu a eleição por causa... perdeu porque é um péssimo gestor, e a família dele também – Eduardo Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e outros. Perderam por aí. E o mundo não vai acabar se derrubar veto do Sr. Ricardo Nunes, que, aliás, deveria ser o melhor prefeito, porque foi vereador aqui. Então, realmente, é uma situação muito triste o que vemos.

Um exemplo é São Mateus. O orçamento tem que ser feito não por subprefeitura, mas por distritos. Dentro do próprio distrito, como São Mateus, tem uma área que tem sete UBSs, e na área contrária tem uma UBS. Que justiça é essa?

Eu falei isso na audiência pública de São Mateus; e solicitei duas UBSs, que é uma demanda de 20 anos atrás, para essa região desassistida de parte de São Mateus. E outros assuntos também.

Também a questão que muito me estranha é o tal superávit de financeiro. Tem um dinheiro enorme no cofre do Prefeito que, certamente, vai ser usado de forma eleitoreira não, eleitoral, no ano que vem, na eleição de outubro do ano que vem, em que parece que ele - pela propaganda já liberada nos meios de comunicações - é candidato. A maldita reeleição que

deveria ser retirada. Fernando Henrique Cardoso vai pagar muito caro, também é um que acho que o Drácula está esperando levar, porque por ter feito essa maldição da reeleição. Não pode ter reeleição no Brasil, se não ocorre esse tipo de coisa. O Prefeito já entra querendo oito anos de mandato.

Então, a questão das operações financeiras: o superávit contradiz tudo que foi colocado aqui. A gente vê a transferência orçamentária, aliás, cada vez mais frequente no *Diário Oficial*, é dinheiro para tal coisa superávit financeiro. É transparente isso? Quando não cortam de uma área social muito importante. É isso.

Muito obrigado.

Espero que esse Governo Lula da Silva que tem esse histórico de participação de antes de eu nascer em 77 traga os Conselhos em nível federal porque a situação, realmente, é lamentável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Só salvou Santo Antônio e Anchieta. (Risos)

A próxima inscrição é o Rapper Pirata; depois, em última inscrição, Rogério Limoneti.

O SR. RAPPER PIRATA – Em nome dos Legisladores, cumprimento o Vereador Jair Tatto; em nome dos funcionários públicos, não os ADAs que estão com um problema sério. Peço, encarecidamente a você do Planejamento e ao da Fazenda: precisa observar o que está acontecendo no CCJ Zona Norte, observar o que está acontecendo com os jovens monitores. Têm coisas graves acontecendo, porque a gente está discutindo aqui, mas a execução como o que acontece lá é ruim. Não vamos nos esquecer que uma boa parte dos funcionários são indicados por pelo Legislativo. Daí, o Legislativo tem uma coisa séria, mas o cara que está indicado lá, de repente, não é tão sério quanto esse Legislador.

Mas vamos continuar: quanto ao genocídio da juventude pobre, preta e periférica, cumprimento todos cidadãos e, também, peço ao governo: façam uma discussão séria sobre a drogadição. Nós temos, na cidade de São Paulo, o k9. Na periferia, com o K9, o bagulho está zoadado. Não dá para a gente ser tão feliz com os dados, porque temos na nossa cidade de 50 mil

pessoas em situação de rua. Isso, o que foi mapeado, porque a gente não pode se esquecer que a situação de rua está em Parelheiros - não deveria estar -, no Jaçanã - não deveria estar -, porque no Jaçanã é um bairro militar, os caras de lá gostam de fazer outras coisas, e, lá, tem a situação de rua.

Mas vamos lá. A gente até utiliza os debates dos movimentos sociais que estão fora dos debates públicos, desde 2017 cada vez distante, e a gente usa alguns termos e precisa perceber o são privilégios. Eu não disputo privilégios. Sou solidário - com privilégio que eu tenho - com outro para estar junto. Não é disputa de privilégio. A gente tem que ver o privilégio que a gente tem de falar, e a gente não consegue intervir nesse orçamento. O orçamento da cidade não tem planejamento.

Vou para a cultura que é mais tranquilo.

A gente vem aqui, se desgasta, ouve o que vocês estão falando, entende os dados, blá-blá-blá. A gente vai e fala com o Secretário. Não tem um Secretário... primeira coisa: antigamente quando tinha um orçamento... – isso mostra que o Prefeito não acredita no que ele está fazendo; o Haddad vinha e apresentava o orçamento; o Kassab veio aqui apresentar o orçamento; o Serra, não posso falar, porque não me lembro – mas, de 2017 para cá, do Bruno Covas, nem Secretários vêm direito. Não, vocês. Acho que os das pastas. Eu não sei. O orçamento da cultura é uma fantasia. Ele não vem nem o Prefeito. Não vieram nenhuma vez, e Ricardo Nunes poderia vir. Ele é um cara que estava aqui nesta mesa. Deem a dica: “esse ano, você vai apresentar o orçamento da cidade”, porque para nós não tem planejamento, não tem a territorialidade.

A subprefeitura já foi uma *expertise* do território, de descentralização, e nós estamos discutindo o planejamento da Subprefeitura que ele trouxe. A cidade já tem essa *expertise*. A gente só não recupera; as coisas não avançam. Hoje, tem o *chat* GPT, mas a cidade não anda. Por que a cidade não vai gerar trabalho? Essa cidade não tem política industrial.

Classe média: quero avisar vocês que, em Nova Iorque e Los Angeles, pessoas estão vindo trabalhar e morando em seus carros. Estados Unidos. Não fiquem pasmos quando falamos

de 50 mil pessoas em situação de rua. Isso pode acontecer em São Paulo. Você vai para o seu trabalho e vai ter que morar dentro de um carro.

É essa economia que nós estamos discutindo. Nós temos uma vantagem porque temos um SUS, assistência social, temos as políticas, mas elas não são efetivadas. Esse é o problema da cidade.

Para terminar, Jair Tatto, eu solicitaria que a gente pensasse, em agosto, Nossa São Paulo, BID, não vou falar do Banco Itaú que tem influência, está aqui, mas, também, está lá no orçamento. O que eu queria propor: as ideias que vocês estão trazendo com o TCM, a gente pegar esses dados e trazer o diálogo com a população, com outros, que também pensam bastante. A cultura discute todo o orçamento, faz o planejamento, invista na cultura gorda, no hip hop, é ignorado no orçamento. Daí eu peço a você, Felix, tem que ter uma cláusula na LDO de obrigar a execução de, pelo menos, 20% do que a sociedade discute aqui. Cada debate aqui é 1 bilhão de reais. Vocês estão discutindo 5 bilhões, a cidade de São Paulo, o que está planejado na LDO são 107 bilhões, um aumento de 10 bilhões de reais.

Eles estão prometendo investir 10 bilhões no ano que vem. E os outros 100 bilhões para onde vão? Tem umas loucuras orçamentárias que é difícil de acreditar. Acredito em vocês, como profissionais, mas a cidade não está representada nesse governo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pirata.

Tem a palavra Rogério Limonti.

O SR. ROGÉRIO MACHADO LIMONTI TIBURCIO – Bom dia a todos e todas.

Só vim discutir em relação ao que a Ariane apresentou o índice de regionalização do gasto. Primeiro, trazendo um pouquinho da conjuntura, de quando ele foi definido no PPA. O Pedro trouxe bem de que a ideia era de fosse todo o investimento, mas acabou sendo um cenário um pouquinho menor de espaço orçamentário e ficaram 5 bilhões.

Mas, tanto nos dois primeiros anos de 2021 e 2022, a arrecadação foi muito superior à própria previsão da Secretaria da Fazenda. Nesse período, também, a gente teve a segunda renegociação da dívida, ampliando o espaço, praticamente, 9 bilhões de reais de 2022 a 2024.

Então, tem a arrecadação, a renegociação da dívida, e, agora, teremos, para o próximo ano, mais 5 bilhões de operações de crédito. Então, de 5 passou para 15 com tranquilidade e folga o acréscimo de recurso e o espaço orçamentário da Prefeitura.

Por que destacamos isso? Porque acaba sendo inócuo o índice se grande parte desse recurso de investimento que está de fora não está seguindo essa diretriz. Por isso vale, realmente, a gente discutir para ampliar esses valores para fazer mais sentido, para o índice não ficar inócuo todo esforço que está sendo feito para, depois, grande parte desse investimento ser fora dessa diretriz.

Então, a gente pode cumprir a meta, mas não cumpre a principal coisa que é combater a desigualdade. Isso é de grande importância.

O segundo ponto é sobre o planejamento. Acho que ninguém falaria contra a participação, mas o pior é que acho que a gente ainda está um passo atrás que é do planejamento nas peças. A gente já está indo para o terceiro ano; discutindo a LDO para o ano de 2024. Então, já houve a LDO de 2022, 2023, as Leis Orçamentarias desses respectivos anos, e o índice não apareceu nessas peças, não veio um anexo destrinchando, não veio nenhuma informação de como seria o investimento do índice previsto no PPA nesses respectivos anos. Então tem dois anos de ausência de planejamento público em relação ao índice. Na LDO para o próximo ano, a que estamos discutindo agora, também não veio esse detalhamento.

Então, já estamos no terceiro ano com uma ausência de planejamento. Isso é muito relevante principalmente nos destaques que o Thulyo, do TCM, e o Vereador Jair Tatto fizeram na audiência passada. Na execução de 2022, a Prefeitura alterou 41% do orçamento, quer dizer, 41% são de alterações do Executivo, que não passaram nem por audiência, nem por esta Câmara. E é um percentual elevadíssimo. Então, a peça não passou por aqui, não foi discutido. Foi o Executivo que fez essa alteração. São percentuais muito elevados e a gente deve inverter isso, trazer para o planejamento. Trazer essas peças aqui.

Por que eu destaco isso, Ariane? Porque a questão que você coloca de como está sendo a execução, acaba sendo muito ruim, porque você traz as obras que vão compor o índice,

e o que não compõe? Acabam sendo importantes também para o debate. Tem uma questão metodológica, e a gente poderia ficar aqui dias e dias discutindo a metodologia, mas acho que o principal em relação à metodologia é trazer o índice para o espaço do planejamento. Trazer para cá, trazer para a Lei Orçamentária, debater isso nessas peças.

E por fim, para encerrar, em relação à execução. Acho que também seria importante ter um relatório da Secretaria da Fazenda em relação à execução desses índices. Acho que o que foi apresentado aqui já é um primeiro passo importante, mas poder acompanhar isso de forma regular seria muito importante mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra Stephanie Felício, de forma *on-line*.

Vamos lá, precisamos começar a concluir.

Acho que o Rogério falou algo parecido. No orçamento de 2022, as alterações foram 41,74%.

Stephanie, três minutos. Tem a palavra.

A SRA. STEPHANIE FELÍCIO – Obrigada, Vereador. Cumprimento a Mesa. Bom dia a todos.

Eu só gostaria de fazer uma pergunta: como a gente consegue identificar as diretrizes para os gastos para o setor da juventude?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É isso?

A SRA. STEPHANIE FELÍCIO – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pela objetividade, nos ajuda. Está registrado.

Eu falei 41,74% foi a liberdade. Por que nós vamos nos encontrar com mais ou menos o que a Fundação Tide Setubal e a Rede Nossa São Paulo estão colocando, que é a possibilidade de descentralização do orçamento. Eu estou aqui querendo conciliar uma coisa com outra. Então tudo pode acontecer, porque tem uma liberdade infinita. E quando eu falo em

41,74% e tem os 10%, que é determinação, eu não estou falando de saúde, de saneamento, de habitação, de pessoal, de assistência, de mobilidade, de dívidas e nem de educação. O orçamento acabou aí e se utilizou 2,23% dos 10% determinados, ou seja, a diferença é de 39,51% de liberdade.

Eu quero dizer que tudo o que foi discutido, eu tenho – se me permitirem – não é um caso de família, mas em 2005 o meu irmão Jilmar Tatto, em seis meses, implementou as subprefeituras. Ele foi designado, porque era a Secretaria de Implementação das Subprefeituras. Por isso a ex-Prefeita Marta pediu que ele fosse lá...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Era em 2002. Ali se criou, em seis meses, a implementação das subprefeituras e tinha Coordenadoria de Saúde e Educação lá. Então houve uma descentralização extraordinária – lembro muito bem. Antes se implantou renda mínima na cidade de São Paulo, também é lei do meu irmão. Não estou aqui falando, mas é que eles fizeram, eu tenho que falar que foram eles.

No Governo Erundina, o meu irmão Leonide Tatto criou as microrregiões. A partir disso, todo governo do município pegou aquela experiência, que ia além dos distritos. Então criou-se as microrregiões. A Prefeita Luiza Erundina falou: “Vou abraçar essa ideia”, e tinha de fato um orçamento participativo.

Eu estou aqui me referindo ao Og, que trouxe um documento, que está aqui e foi registrado oficialmente. O que ocorre? A gente discute orçamento, para valer, no primeiro semestre. Esse mecanismo de participação popular, nós criamos também no governo o Conselho Participativo. Há lei para tudo, eu tenho essa tese, mas nós precisamos acreditar. Eu me sinto muito feliz e agradeço à assessoria por aproveitarmos este momento e fazer esse debate das contas abertas, que chamamos. Vocês estão dando uma contribuição extraordinária aqui. O horário já acabou, mas vamos seguindo, porque está bom. Está bom demais o debate.

Gente, dentro do tempo possível, tem aqui um questionamento sobre o Plano Diretor feito pelos Conselhos Participativos, dizendo que foi de forma atropelada, enfim, o número de

audiências não é o problema. O número é dessa forma, pouca participação popular. Eu tenho um pensamento comigo que tanto governo como os cidadãos, e precisamos ajustar, porque nunca está bom para os lados, e é verdade. O horário é ruim, tem de tudo para se debater. Mas também tem audiência de manhã, de tarde, de noite. Tem audiência de dia de semana e de fim de semana.

Então, o que a Tide Setubal e a Rede Nossa São Paulo fizeram? Esse é um instrumento que nós precisamos viralizar. Tem nas redes sociais tudo isso, provavelmente; acho que é um bom caminho. Acho que este é um instrumento extraordinário para a gente poder fazer.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sei, mas este é um trabalho que permite ter uma dimensão. Acho que o governo usa também, se apropria, ou seja, certamente todo esse trabalho é algo consultável, construído não de forma direta, mas com o governo. O que eu estou querendo dizer é que nós temos mecanismos. O grande desafio é criarmos mecanismos de participação popular. Também o orçamento participativo, na época, pode ser que hoje... Eu, por exemplo, fiz projetos, o ex-Vereador Reis, de orçamento participativo *on-line*. Nós fizemos coisas desse tipo para a população. O grande desafio é a população.

Esse dado é importante, apenas para concluir o meu raciocínio, aqui consta que 0,03 do eleitorado participou dos debates do orçamento. Então, o desafio é a participação popular no orçamento, e nós precisamos criar condições, porque é de janeiro, fevereiro, mas é em junho que se discute o orçamento na cidade de São Paulo. Não é isso, Secretário? Porque é nas subprefeituras, não é aqui. Vamos dizer que quando chegar a LOA, aqui é distribuído o dinheiro, a verdade é essa. Claro que a gente faz boas audiências, mas esse é o grande desafio.

Se me permitirem, vou inverter para as considerações finais. E a minha pergunta continua essa: para que os 10%, se usa 2,23? E para que essa liberdade toda de flexibilização do orçamento? Se há necessidade de tudo isso. Eu sempre questiono muito também para que essa margem de crédito que a Prefeitura tem. Eu pergunto: vocês não vão pedir empréstimo? Não vai haver necessidade ou vai precisar pedir, dentro do orçamento que temos? Basicamente

é isso.

Então, podemos inverter? Pedro, para suas considerações finais.

Há um limite aqui que é de 13 horas, não é? Mas se terminarmos antes, também não acho ruim. Fizemos um grande debate.

O SR. PEDRO DE LIMA MARIN – Obrigado, Presidente.

Eu vou ser bastante breve, mais para concordar com as colocações das pessoas que participaram, da importância de ter uma diversidade maior na representação de quem está na mesa, de trazer pessoas dos conselhos participativos municipais, das periferias, mais pessoas negras, mais mulheres, uma mesa bem branca e masculina no fim, também. Isso é fundamental para a gente ter um Orçamento que de fato responda à questão do combate às desigualdades.

Concordo também com as colocações no sentido de ampliar - isso estava na minha fala desde o começo, mas reforço -, de a gente pensar maneiras de ampliar esse pedaço do Orçamento que está sendo discutido, de acordo com as regras do índice, privilegiando os territórios periféricos. Cinco bi já eram bem aquém do que a gente queria, quando a gente fez a proposta do Reage, e está ficando pequeno perto dos valores do Orçamento destinado para investimento pela Prefeitura.

Na questão da participação a gente precisa avançar. Não adianta ter todos esses avanços, começar a regionalizar o Orçamento, melhorar a transparência se as pessoas não estão participando dos processos decisórios. Eu concordo, talvez tenha limitações nos modelos de participação anteriores, mas a gente tem que avançar, então procurar quais são os modelos que estão funcionando. Tem experiência internacional adoidado de novos modelos de Orçamento participativo que a gente pode trazer.

A gente tentou contribuir com essa experiência das assembleias cidadãos, que é um modelo que está bastante em voga na Europa para tratar questões polêmicas e delicadas, mas que traz pessoas novas para o debate, tenta pegar pessoas que não estão participando no sentido de a gente não ficar só em quem consegue estar aqui nesses horários que nem sempre são fáceis para quem é trabalhador, então a metodologia do minipúblico tem essa proposta de

viabilizar mesmo a participação de todo mundo

Queria só responder a uma colocação da Stephanie, que perguntou da questão da juventude. Tem um desafio para além da regionalização, que é trabalhar melhor as transversalidades no Orçamento. Isso vale para a questão de gêneros, vale para a questão racial e vale para a questão de juventude. É uma pauta que a Fundação está tratando também com vários governos estaduais, neste momento, porque são os que estão elaborando o PPA. A gente está trabalhando, por exemplo, com os Governos do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, para tentar implementar marcações no Orçamento que permitam apurar, por exemplo, quanto está sendo gasto, investido no combate às desigualdades de gênero e no combate às desigualdades raciais.

A gente entende que, além da regionalização, esse também é um caminho que a gente tem que seguir nos orçamentos para que eles respondam de fato às demandas sociais que estão colocadas. A gente não pode achar que a classificação orçamentária de 1964, que a gente usa até hoje, dá conta da complexidade da discussão social nos dias de hoje. Esse também é um desafio que vai ser colocado para a Prefeitura de São Paulo, certamente.

Na questão da criança e do adolescente, por exemplo, a Prefeitura já está avançando nesse sentido, mas essas outras transversalidades também têm que aparecer no Orçamento e acho que tanto o Legislativo quanto o Executivo têm que começar a pensar como é que a gente vai conseguir incorporar isso, se o detalhamento da ação é o melhor instrumento para isso ou não, como é que a gente dá vazão a esse tema. A gente também está à disposição para colaborar nesse sentido.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pedro.

Vamos na ordem, então: Tribunal, Thulyo. Vamos fazer um revezamento razoável.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Obrigado, Presidente.

Eu só tenho um breve comentário para complementar as falas do Rogério e do Presidente sobre os 41,74%, só para resgatar um pouco o histórico, o que isso significa.

Primeiro ponto é sobre a despesa fixada. Por exemplo, em 2019 teve 60 bi de despesa fixada e créditos adicionais abertos de oito bi. Isso dá 14%, ou seja, 14% foi a movimentação que a Prefeitura fez em relação às despesas fixadas no Orçamento. Em 2020 esse percentual já foi para 21%; em 2021, 26%; e agora, em 2022, chegou a 41,74%, então está numa ascendente, ou seja, a Prefeitura está modificando o Orçamento de uma maneira significativa, as despesas.

Se a gente fizer uma conta, pegar todos os créditos adicionais abertos, ou seja, os 41% que foram abertos, 95% desse valor foram excluídos. Eram despesas com pessoal, com educação, saúde etc. Ou seja, tem uma margem muito grande de manobra, em vez de ser um ajuste fino. A lei previa 10% para manejar o Orçamento, para fazer ajustes, mas aqui está sendo um porcentual considerado elevado.

Só esse comentário, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu lembro que eu cheguei em 2013, acho que eram 17% de remanejamento. O Ricardo Nunes, Prefeito, era membro da Comissão, então nós combinamos que todo ano a gente diminuía um ou dois por cento, então era bem maior. Eu lembro que a Erundina tinha 1%. Aquilo foi um maltrato e eu acho que na época também não tinha possibilidade de exceções, acho que não existia exceção. Foi duro aquele momento para ela.

Passo imediatamente ao Igor Pantoja.

O SR. IGOR PANTOJA – Obrigado, Vereador.

Primeiro agradeço pelo convite, pela oportunidade de debater a LDO e, principalmente, a regionalização, a territorialização do gasto e o combate às desigualdades, que é a finalidade maior dessa proposta.

Destaco que temos muito que avançar em relação ao que, afinal, entra nesse índice. Acho que a seleção atualmente feita, em que a Prefeitura, internamente, decide o que vai entrar na conta do gasto, precisa ser aperfeiçoada dentro de uma perspectiva, claro, de reconhecer que é uma iniciativa inédita, que é um avanço importante não só para São Paulo. Como o Pedro

falou, muitas outras cidades já vêm se inspirando e vêm se interessando por esse tipo de iniciativa, mas também, se São Paulo quer continuar sendo reconhecida, precisa avançar naquilo que cabe.

A Rede Nossa São Paulo, como instituição da sociedade civil, tem todo interesse e tem tentado dialogar com as instituições, com as secretarias da Prefeitura envolvidas nessa questão. A Casa Civil não está presente, mas tem tudo a ver com a questão da participação, tanto dos conselhos participativos quanto das outras iniciativas como Diálogo Cidadão – não lembro como chamava -, Diálogo Regional. Enfim, uma iniciativa que talvez fosse uma possibilidade de traduzir para a população o que, afinal de contas, vem sendo feito naquele território, para entendermos se o que está no índice é suficiente ou não.

Como o Rogério também trouxe, é importante trazer o que está fora do índice, para que tenhamos uma noção, afinal, do que está sendo gasto naquela subprefeitura. Nada melhor do que o corpo técnico da Prefeitura estar próximo do contribuinte, do cidadão, do conselheiro, da conselheira para mostrar como isso está sendo realizado. Isso não é difícil, basta ter equipe, dedicação e vontade política de estar próximo da cidadania. É nesse sentido que a gente tem de caminhar.

Estamos vendo todo esse processo em relação ao Plano Diretor. Não é só uma questão de quantidade de audiências públicas, mas de qualidade e de quais propostas são absorvidas ou não. Temos visto declarações de quais setores vêm tendo as maiores benesses na proposta atual e a população que participa acaba ficando muitas vezes como figurante. A ideia é tornar essa participação mais efetiva e o processo de regionalização do gasto é a melhor oportunidade, talvez, para isso, porque traz transparência, como o Pedro falou, e traz diretamente a conexão da população com a área onde ela vive e com o gasto público.

É isso. Também agradeço a participação, o diálogo com o Poder Executivo e o convite da Comissão. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Igor.

Secretário Ricardo Torres.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Presidente, primeiro quero dizer da minha felicidade em participar de uma audiência pública com este conteúdo. A gente se organizou na mesa do ponto de vista do Executivo para dar cabo das respostas.

Quero fazer um registro importantíssimo. Anotei detidamente todos os pontos que foram colocados, me comunicando com as áreas de Governo como a Casa Civil, que cuida do Governo Participativo, dos conselhos participativos, do Governo Aberto, por isso tenho algumas informações para trazer.

Nós representamos o Governo. Eu tenho um depoimento a fazer sobre a preocupação do Prefeito Ricardo Nunes com a questão da regionalização. É uma constante no seu discurso, durante as nossas reuniões de secretariado, em enfatizar a importância de ter esse planejamento de forma regionalizada para eleger prioridades, justamente buscando erradicar desigualdades sociais.

Do ponto de vista acadêmico, posso assegurar porque acompanho o tema há algum tempo, fico bastante satisfeito com a evolução que São Paulo já teve nesses termos, em relação aos diversos municípios do país.

É claro que sempre tem de avançar mais, visto que é um esforço contínuo. O meu depoimento é de felicidade em ver que o esforço contínuo não é só do Executivo, mas especialmente também do Legislativo, da sociedade civil que aqui é representada pela Nossa São Paulo, com a colaboração de entidades do terceiro setor como a Tide Setubal, que têm colaborado para esse processo.

Tenho certeza que estamos no caminho certo. Isso me deixa muito satisfeito. Naturalmente, diante de tudo o que foi apresentado, já como uma resposta geral, vai ser considerado como processo de emulação dos próximos orçamentos, enfim.

Quero ressaltar que, cada vez mais, nós temos buscado, por orientação desta Gestão, traduzir com toda dificuldade que o cenário econômico nos traz, evidentemente, de forma mais real e mais concreta a questão do orçamento. Acho que essa é uma fala geral que abrange todas as colocações que foram feitas.

Só para um registro em relação aos conselhos participativos, eu me comunicava com o Secretário Fabricio para poder verificar como que foi o endereçamento. Informo que dos 32, 20 já fizeram as suas atas, tiveram reunião, deliberaram sobre o encaminhamento. É um esforço que tem que partir, evidentemente, do Executivo, mas também da organização local.

E aí ficou registrada a ideia da capacitação dos conselheiros – acho que a Rosângela falou em algum momento -, que vou levar à apreciação do Executivo para que a gente possa dar cabo dessas demandas.

Era isso da minha parte. Fico à disposição, como sempre.

Presidente, é sempre uma honra estar presente. A oportunidade de vir ao Legislativo para mim é a de escutar e de me submeter a este Poder que, de fato, representa o povo como um todo.

Passo a palavra aos meus colegas para os esclarecimentos pontuais em relação a cada um dos temas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

A SRA. ARIANE GOMES LACERDA – Obrigada, Secretário.

Agradeço o espaço para apresentação, pelas trocas e por todas as colocações. Acho que a regionalização do orçamento é um esforço do Executivo que tem de ser feito em conjunto com o Legislativo e com a sociedade civil. Acho que houve várias colocações importantes para aprimorarmos o nosso processo.

Vou responder mais diretamente dois pontos. O primeiro é o da Rosângela que falou sobre o Diálogo que foi uma série de encontros que a Prefeitura fez no início deste ano. Realmente, Rosângela, no Diálogo não tinha a regionalização do Programa de Metas. Acho que a gente pode aprimorar isso para o próximo ciclo.

Mas o Programa de Metas tem um relatório de execução anual, que está disponível no nosso *site*: programademetas.prefeitura.sp.gov.br. Lá tem um anexo da regionalização, onde é possível ver para cada uma das metas onde foram as entregas. Também pode olhar por

subprefeituras, assim escolha uma subprefeitura e veja quais metas tiveram a sua entrega no território.

A nossa prestação de contas tem sido feita de uma maneira regionalizada, porém, não foi integrada na prestação de contas do Diálogo. Eu acho que fica uma reflexão para nós de como aprimorarmos a prestação de contas, tendo em vista a transversalidade. A gente olha para a regionalização e para uma série de instrumentos, como a gente deixa claro para a população esse conjunto de ações.

Outro ponto é sobre a fala do Rogério a respeito do volume de gastos do Índice. Acho que é uma reflexão importante. O Pedro também tinha falado sobre isso. Quando o Índice foi construído, tinha-se uma perspectiva de arrecadação, acho que a gente pode internamente discutir esse valor, mas só um registro dos dados que mostrei, os estratos preliminares que olharam de janeiro a outubro, até agora, a execução foi de 1,4 bilhão. Se a gente usar o Índice de 5, seria 1.250 para o ano. Só até outubro já superou esse valor, provavelmente, a execução vai ser maior do que os 5 bilhões. Mas acho que vale o exercício dos percentuais em relação à previsão dos investimentos.

Sobre a regionalização no momento do planejamento, que o Rogério também falou, acho que realmente na LOA não tinha um anexo específico na regionalização dos critérios do Índice, mas a LOA traz a regionalização do orçamento. Então o detalhamento da ação está num desses anexos. A gente pode trabalhar a informação para que ela fique mais clara do ponto de vista do Índice. Mas no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual tem um esforço de planejamento, inclusive, para a sua regionalização. Eu acho que a gente pode aprimorar, mas já têm iniciativas nesse sentido.

Era isso. Estamos abertos. A ideia é sempre aprimorar e construir em conjunto, porque como a gente já falou anteriormente, é uma iniciativa inédita que tem muito potencial e tem mecanismos claros para redistribuição do orçamento na nossa cidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fabiano.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Obrigado, Vereador e Ariane.

Vou falar rapidamente sobre alguns pontos que são bastante relevantes. Inicialmente sobre a regionalização. Nós temos no orçamento dois momentos de regionalização, um primeiro que é o momento da regionalização da despesa no planejamento, na LOA - na PLOA, melhor dizendo, na Proposta e Lei Orçamentária Anual, que é enviada à Câmara -, e depois no momento do orçamento no curso da execução orçamentária que hoje é feito em nível de liquidação da despesa.

Esse é um assunto que, ao longo dos últimos 10 anos, na Secretaria da Fazenda, sempre esteve e continuará na pauta, porque é de suma importância e relevância que seja feito cada vez mais com transparência.

A título de exemplo, a gente já teve debates e discussões na execução orçamentária – o Pedro e o Marin lembram bem disso – sobre o DA, que é o Detalhamento da Ação, por onde a gente regionaliza a despesa tanto na proposta quanto na execução.

Isso já esteve em diversos momentos da execução, desde o início na nota de reserva, passando pela nota de empenho, pela nota de liquidação, cada um deles apresenta a sua vantagem e desvantagem. Hoje a gente coloca na liquidação da despesa porque nos permite um nível granular maior de detalhamento dessa regionalização.

É claro que isso também depende de quem está fazendo a execução da despesa, da política pública que está sendo feita na secretaria finalística. Afinal de contas os contratos e as despesas são feitos nas secretarias finalísticas. São as secretarias que executam a política pública e que melhor detém a informação dessa regionalização.

Isso também é feito, como eu disse, em nível de planejamento. Na PLOA isso também é feito pelas secretarias que montam as suas propostas orçamentárias dentro dos limites que o orçamento dispõe.

Nós estamos, novamente, com essa pauta em debate na Secretaria, na Supom, para que a gente consiga melhorar ainda mais a informação de regionalização.

Esclarecendo ainda sobre esse assunto, quando se diz que o orçamento não

regionaliza toda despesa e está contrário a Lei Orgânica, é importante dizer que a PLOA vem para Câmara Municipal com 100% do orçamento com detalhamento de ação, em cumprimento à Lei Orgânica.

Isso a gente está respondendo também ao Tribunal de Contas no expediente que o Tribunal nos encaminhou, mas é importante dizer que em nível de execução a gente tem um longo caminho ainda a trilhar no curso da execução orçamentária.

Até para as despesas que o Pedro citou, estudos sobre despesas de pessoal, regionalização de despesas de pessoal com utilização do sistema chamado SIGPEC, que é o sistema de pessoal da Prefeitura. Devo apontar que não é tão simples assim, a gente tem situações de lotação de cargos que não são tão diretas entre a lotação do cargo e o local em que a pessoa trabalha, porque há seções e aí começam as dificuldades de regionalização. O que eu quero dizer é que há um caminho a ser trilhado pela regionalização do gasto no curso da execução.

Em relação à participação popular no Orçamento, esse é outro assunto que está em pauta, sempre esteve, lá na SUPOM. A gente hoje tem o chamado Orçamento Cidadão, que é a proposta de colher, da sociedade, demandas. A gente entende também a necessidade de melhoria, muito embora tenhamos avançado bastante nesse aspecto também. A capacitação dos conselhos participativos, que é fundamental, também já está na nossa pauta. Temos inclusive algumas propostas já em curso para poder levar à Casa Civil e, aí, elaborar um plano de capacitação para os conselheiros para que eles melhor possa executar as suas atividades no que diz respeito ao Orçamento público; a gente entende isso como muito importante. Eu, particularmente, participei de um trabalho desses, de capacitação, salvo engano em 2016, e foi bastante proveitoso, a gente teve um *feedback* bastante positivo dos conselheiros à época. A gente entende que isso é importante, necessário e que não deve ser feito uma única vez, mas de forma perene. O Orçamento é dinâmico. Muito embora a gente tenha uma legislação, Vereador Jair, que data dos anos 60, a gente sempre tem novidades em relação ao assunto Orçamento público, planejamento público, e isso precisa ser de fato mais bem passado para

quem participa do processo de construção do Orçamento público.

Em relação ao percentual da LOA, de modificação do Orçamento, acho que esse é um assunto muito relevante, e é importante que a gente debata o assunto com todas as variáveis. Acho que não dá para esgotar o debate aqui, Vereador Jair, mas a gente está disposta a, se necessário for, continuar essa conversa em outras oportunidades. Porque quando se colocam 41% de modificação no Orçamento, a gente coloca absolutamente todas as modificações que foram feitas dentro do Orçamento, mas nem todas as modificações feitas no Orçamento podem ser consideradas modificações de políticas públicas ou alterações da programação orçamentária que foram aprovadas pela Câmara Municipal. Por exemplo, uma troca de elemento de despesa. Quando se colocam 41% de modificações orçamentárias, vou usar um exemplo que o Rapper Pirata colocou na sua fala, que é o da cultura, quando se fala do *hip hop*, em que há uma dotação orçamentária para o *hip hop* com elemento de despesa 30 para comprar material de consumo. E, ao invés de comprar material de consumo, se contratou uma prestação de serviço no lugar disso. Aí, você precisou trocar o Orçamento de material de consumo para prestação de serviço dentro do *hip hop*. Você não modificou a política pública nesse caso, mas isso é também considerado modificação do Orçamento e está dentro desses 41% que foram falados.

Começou esse debate na reunião passada dizendo-se: “A gente manda o Orçamento para a Câmara Municipal no nível de elemento de despesa”, que é isso. Então, de repente, seria o caso de a gente debater o Orçamento e aprovar o Orçamento sem que tenhamos esse nível de detalhamento para que isso seja colocado, por exemplo, na execução orçamentária - estou apenas colocando uma ideia -, para que isso seja colocado apenas na execução orçamentária. Isso, claro, não é modificação de política pública; portanto, não dá para a gente considerar isso como uma alteração do Orçamento.

Da mesma forma, quando se usa o superávit financeiro do exercício anterior para se fazer um crédito adicional suplementar: não há redução de programação orçamentária feita pela Câmara Municipal. Não se reduz nenhuma despesa quando se abre um crédito adicional por superávit financeiro da mesma forma quando se abre um crédito adicional por excesso de

arrecadação, quando há uma arrecadação maior do que aquela prevista. Eu não estou aqui colocando: “Olha, então isso precisa ser novamente debatido pela Câmara Municipal para se abrir o crédito adicional suplementar por superávit financeiro e por excesso de arrecadação”. Não é isso o que estou dizendo aqui, estou apenas dizendo que nessas movimentações orçamentárias não há um prejuízo à programação orçamentária que a Câmara Municipal colocou. Porque, no espírito da coisa, modificar o Orçamento significa modificar essa programação orçamentária que a Câmara aprovou. E, nesses casos, não há prejuízo a essa programação orçamentária.

Então, quando se fala em 41%, é muito importante que a gente entenda também essas modificações orçamentárias para que a gente tenha, por exemplo, o debate sobre as exceções, como o senhor bem colocou, Vereador Jair. A gente talvez tenha que ter um número de exceções menor? Talvez tenhamos que ter um número de exceções menor. Mas, por outro lado, precisamos entender que determinadas modificações orçamentárias não deveriam ser consideradas no percentual, como essas, por exemplo, que eu citei.

Com isso, eu encerro essas observações finais. Aliás, me perdoem, faltou uma, sobre os gastos com a juventude, que o Pedro bem colocou também: a transversalidade da questão orçamentária. A gente hoje no Orçamento possui algumas marcações – podemos chamar assim – para a juventude, assim como para outras linhas orçamentárias, vamos assim dizer. Muito embora hoje no Orçamento o quinhão de cada ação, de cada política pública é colocado no que nós chamamos de Projeto Atividade, ações orçamentárias, hoje a gente tem uma fragmentação muito grande do Orçamento em ações orçamentárias, porque, de alguma forma, a segmentação é feita por ação orçamentária, e, no caso da juventude, não é diferente. A gente tem diversas ações orçamentárias voltadas para a juventude e que são expressas na ação orçamentária “juventude”. Isso acontece principalmente nas áreas sociais, na Assistência Social; também temos em Direitos Humanos e Cidadania; temos também na Educação e temos também no próprio Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, que é integralmente voltado para políticas públicas para a juventude, muito embora a gente tenha esse desafio, que o Pedro colocou, de

identificar, no Orçamento, essa transversalidade. Nem toda ação orçamentária que não coloque “juventude” no seu nome deixa de ter gasto voltado à juventude, como, por exemplo, o *hip hop* e como, por exemplo, a política de distribuição de alimentos. O Leve Leite, por exemplo, que ainda temos no Orçamento, nele não está expresso “juventude”, “criança”, “adolescente”, mas, de forma direta, atende também a essa população, e isso não está dentro da codificação orçamentária legal, que, como citei há pouco, data dos anos 60.

Nós já temos, sim, muita dificuldade em conseguir atender à transparência com a legislação atual. A gente precisa de outros elementos que não estão dentro do arcabouço contábil existente para conseguir demonstrar o Orçamento com a transparência que a sociedade hoje requer e merece. E esse é um desafio que temos não só aqui na Secretaria da Fazenda ou na Prefeitura, mas é um debate nacional, de modificação da legislação para melhor atender à transparência pública, passando por essa transversalidade e, inclusive, pelo que o Pedro muito bem citou, pelo “Santo Graal”, que é o sistema de custos, que de fato nos permitirá essa transversalidade.

Peço perdão por me alongar e encerro as minhas palavras.

- Manifestação no recinto.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – A cidade de São Paulo de fato é referência em termos de transparência em âmbito nacional, mas reconhecemos também que há necessidade de melhorias nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Obrigado, Fabiano.

Obrigado a todos e a todas que estiveram presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública.